



MULHERES NA CIÊNCIA

em São Carlos/SP

reflexões, trajetórias e histórias

organização Mirlene Simões

• FUNDAÇÃO •
PRÓ-MEMÓRIA

MULHERES NA CIÊNCIA

em São Carlos/SP

reflexões, trajetórias e histórias

Organização Mirlene Fátima Simões

FPMSC
São Carlos-SP
2024

Copyright de texto © 2022 Mirlene Fátima Simões
Copyright de edição © 2022 Fundação Pró-Memória de São Carlos-SP
É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte.

Fundação Pró-Memória de São Carlos-SP

Praça Antonio Prado, s/n. Centro. CEP 13.560-046
São Carlos/SP | Tel (16) 3373-2700
<http://promemoria.saocarlos.sp.gov.br>

M956m

Mulheres na ciência em São Carlos/SP: reflexões,
trajetórias e histórias [recurso eletrônico] / Mirlene Simões
(org.). -- São Carlos : FPMSC, 2024.
156 p.

Livro digital, no formato PDF, convertido do livro impresso
Modo de acesso: www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br
ISBN 978-65-89494-09-6

1. Mulheres – Ciência. 2. História de Vida. 3. Educação –
Ensino. 4. São Carlos – Memória. I. Simões, Mirlene (org.)
II. Título.

CDD – 370 (20ª)

Comissão Editorial - FPMSC

Leila Maria Massarão

Luíza Akemi Shimada

Rodrigo Peronti Santiago

Vanessa Martins Dias

Organização

Mirlene Fátima Simões

Texto

Cyntia Henriques Rossini

Maria Stela Martins Cunha

Mônica Fonseca Wexell Severo

Revisão

Jussara Lopes

Projeto Gráfico e Capa

Fabiola Notari

Ilustração

Gilson Domingues

Priscila Bellotti

Impressão

AS Indústria Gráfica
(Presidente Prudente-SP)

Apresentação

A Fundação Pró-Memória de São Carlos, através de sua editora, tem investido na difusão de trabalhos sobre a história local, suas memórias e seu patrimônio Cultural. Assim, o projeto “Mulheres na ciência em São Carlos: reflexões, trajetórias e histórias”, apresentado pelo Instituto Angelim, coordenado pela Profa. Mirlene Fátima Simões e premiado pelo PROAC/SP, coaduna com a postura da editora e reafirma a missão institucional da FPMSC como propulsora do conhecimento sobre São Carlos/SP.

Este projeto envolve vários instrumentos para a divulgação da história e das memórias de mulheres cientistas da cidade de São Carlos que alcançaram destaque em suas áreas de atuação. Através de vídeos, livros e palestras, será possível atrair, principalmente, estudantes do ensino fundamental e médio para as diferentes linhas de conhecimento científico, por meio da história de vida de cientistas. É preciso salientar que, ao tratar com mulheres cientistas, o trabalho

Fundação Pró-Memória de São Carlos

acrescenta mais uma camada de interesse e conhecimento relacionado a grupos sociais diversos que ainda têm pouco espaço nas produções acadêmicas, literárias e educacionais, como é o caso das mulheres.

O livro *Mulheres na Ciência em São Carlos: reflexões, trajetórias e histórias*, editado pela FPMSC, foi redigido a partir de um ciclo de pesquisas sobre as mulheres cientistas em São Carlos e entrevistas semiestruturadas com seis pesquisadoras sêniores ainda em atividade nas universidades e centros de pesquisa da UFSCar e USP. O material apresenta histórias, relatos, imagens e fotografias dessas cientistas, recuperando parte significativa da participação das mulheres no meio científico existente em São Carlos, e também fala do papel e participação geral das mulheres na história local, regional e nacional.

Por sua natureza estratégica, esta publicação está destinada principalmente aos alunos da rede de ensino são-carlense.

Porém, potencialmente, alcançará públicos variados, incrementando sua importância no escopo das ações empreendidas pela FPMSC.

Para a Fundação Pró-Memória, investir nesse material de qualidade, e destinado, de forma mais geral, aos são-carlenses de vários grupos sociais, culturais, educacionais e profissionais, reafirma e consolida sua busca por parcerias que cumprem difundir conhecimento sobre o Município.

Leila Maria Massarão
Historiadora/Diretora-Presidente FPMSC

Uma breve apresentação

O feminismo e os movimentos sociais de direitos das mulheres trouxeram para o cotidiano das universidades a participação que outrora era rara, pouco conhecida ou em alguns casos banida.

As precursoras da ciência construíram caminhos em suas carreiras que são exemplares para outras mulheres, e para as novas gerações. Mas este percurso é contado por fragmentos.

A pesquisa, a ciência e o conhecimento são espaços recentes na sociedade brasileira. Embora alguns dos nossos pesquisadores sejam referência internacional e as universidades públicas figurem entre as melhores do mundo, o acesso e a permanência de jovens são uma equação não solucionada. E se pensarmos nas mulheres, quanto mais identificamos os espaços de poder e decisão menor é a participação delas. Maioria na graduação, em alguns cursos, minoria nas chefias e direção.

A desigualdade e a discrepância entre homens e mulheres rompem com o sentido da universalidade que toda área do conhecimento deve ter. A multiplicidade de olhares constrói ciência inclusiva, participativa e popular.

As seis mulheres deste livro correspondem às histórias de precursoras, que no interior de São Paulo criaram seus roteiros de vida e profissão: um espaço de ser e viver, pesquisa e conhecimento em um universo a ser criado.

Após buscas nas plataformas nacionais e estadual sobre o currículo e atuação profissional destas mulheres, com alguns critérios relacionados à extensão universitária e produção que transborda os espaços acadêmicos, foram-nos apresentadas:

Yvonne Primerano Mascarenhas

(Instituto de Física da USP São Carlos)

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva

(Centro de Educação e Ciências Humanas da UFSCar)

Maria Aparecida Soares Ruas

(Instituto de Ciências Matemáticas e da Computação)

Maria Aparecida de Moraes Silva

(Centro de Educação e Ciências Humanas da UFSCar)

Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

(Departamento de Psicologia da UFSCar)

Cibele Saliba Rizek

(Instituto de Arquitetura da USP São Carlos)

Uma narrativa, histórias para a memória da cidade e da ciência no Brasil. Histórias para as jovens se encantarem: as mulheres estão em todas as áreas, profissões e carreiras. Este livro é um convite para ver o diferente: as cientistas que criaram possibilidades em suas áreas, que trouxeram conhecimento para a sociedade, também passaram por experiências de vida e por percalços como todos costumam viver.

Uma homenagem às mulheres da cidade capital da tecnologia, uma homenagem às mulheres na ciência! As histórias destas mulheres foram contadas por outras mulheres: Cyntia Henriques Rossini, Maria Stela Martins Cunha e Monica Fonseca Wexell Severo.

Apreciem, divulguem, compartilhem!
Boas histórias devem sempre ser contadas.

Mirlene Fátima Simões

Organização

Projeto Mulheres na Ciência em São Carlos/SP

A ciência transforma e salva vidas
Mulheres dão à luz novas vidas

Às mulheres que um dia sonharam transformar vidas
Às jovens que sonham transformar vidas

SUMÁRIO

Yvonne Primerano Mascarenhas a vida em um cristal	14
Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva educação de qualidade para todos, em todos os níveis	38
Maria Aparecida Soares Ruas o mundo não teria graça sem as singularidades	62
Maria Aparecida de Moraes Silva na terra, no campo, entre olhares	84
Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams construir laços sociais e superar a violência	106
Cibele Saliba Rizek Nas cidades, entre pessoas, muros, ruas e casas, histórias para se contar	128
Sobre este livro	152

Yvonne Primerano Mascarenhas:

a vida em um cristal

Por Maria Stela Martins Cunha



“A arquitetura do poder no Brasil existe desde o tempo do Império. E essa rede de poder vigora ainda hoje, tanto é que você vê que depois de tantas mulheres receberem prêmios, fazerem trabalhos importantes em áreas científicas, não tem nenhuma mulher ocupando posição de destaque no CNPq. Que eu saiba, no CNPq não teve nenhuma mulher presidente, tampouco na Fapesp. Tudo que eu soube até agora é que as mulheres no máximo foram ou são assessoras de alguma coisa, mas não diretora científica ou presidente do Conselho da Fapesp. Por quê? Porque esses cargos são todos ocupados por homens e nesses conselhos, em geral, as eleições reproduzem as diretorias existentes dentro daquela rede. E as redes, quando bem estruturadas, são difíceis de romper.”

Essa explicação foi dada pela Profa. Yvonne Primerano Mascarenhas, primeira mulher a ocupar uma cadeira no Departamento de Física da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) na USP e

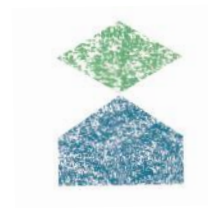
uma das pioneiras na fundação do Instituto de Física e Química de São Carlos (IFQSC), também na USP. Por conta de seu trabalho e dedicação, recebeu a distinção Dama dos Cristais, entre outros títulos e conquistas.

Uma longa história de mulher brasileira que escapou do destino muitas vezes definido como normal pela sociedade.

Primeira filha do casal Francisco Primerano e Luiza Lopes Primerano, Yvonne nasceu em 21 de julho de 1931, em Pederneiras, interior do estado de São Paulo. Pré-adolescente, deixou tudo o que conhecia, casa, amigos, escola, para ir viver com a família na então capital do Brasil, o Rio de Janeiro.

Suas paixões nessa época, e até terminar o ginásio, como eram chamados os quatro últimos anos do atual ensino fundamental, eram literatura, cinema e artes plásticas. Ela mesma se define nessa fase da vida como tímida e calada. Yvonne pensava então em seguir o caminho das ciências humanas,

até que um de seus professores fez teste vocacional com os estudantes, que apontou para ela a área de exatas. Quando começou a estudar Química Botânica, ela decidiu que este seria um bom caminho profissional. Yvonne conta que o professor dessa matéria na escola era admirável, e que as informações de que dispunha davam conta de que a área podia garantir a ela oportunidades de pesquisa úteis e os recursos financeiros necessários para viver. Já naquela época ela preocupava-se em como se sustentar ao chegar à idade adulta.



Quando cursava o clássico, hoje chamado ensino médio, Yvonne tornou-se amiga de Ana Maria Freire. Juntas, as amigas sonham com a carreira acadêmica, pensando em aulas e na realização de pesquisas. Yvonne falava em Química, e Ana Maria, em Física. Hoje, a amiga de tantas décadas é professora emérita do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), no Rio de Janeiro, instituto de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Em 1953, ano da descoberta da estrutura tridimensional da molécula de DNA – a dupla hélice – por Francis Crick, James Watson e Maurice Wilkins, quando trabalhavam em Cambridge, no Reino Unido, Yvonne formou-se em Química pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. E em Física pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1954.

“As universidades de Filosofia de São Paulo e também essa que cursei no Rio de Janeiro pensavam as ciências como áreas de pesquisa e formavam os profissionais com essa diretriz. A Universidade do Brasil tinha no mesmo prédio, no centro do Rio, todas as carreiras: Física, Química, Pedagogia, Filosofia, Matemática e uma bela biblioteca, o que facilitava a troca de experiências e conhecimento entre os estudantes. Um ambiente cultural excepcionalmente bom.”

Yvonne relembra que formava com outras mulheres metade da turma de Química, mas que na graduação em Física era parte da minoria feminina na sala.

“A Física ainda é uma área que não tem tantas mulheres. Eu, como sou formada em Química e Física, e na realidade meu curso principal foi Química, estudei Física para entender melhor certos aspectos da Química, da Química Estrutural.”

E esse interesse vai direcionar nossa personagem para a área de pesquisa que a consagrou no mundo acadêmico e a levou a conhecer e conviver com as mentes mais brilhantes do mundo.

No ano de sua formatura em Química, ela se casou com o também físico-químico Sérgio Mascarenhas, com quem constituiu família, e a dupla protagonizou boa parte da história da pesquisa em materiais no Brasil. Uma vida que, como a de boa parte dos brasileiros, teve bons momentos e outros tantos não tão bons assim: “Eu dava aulas em duas escolas privadas, tinha uma pequena bolsa de iniciação científica com o Professor Costa Ribeiro e era assessora voluntária no Departamento de Química na universidade, sem pró-labore, ou seja, sem remuneração, mas com muita satisfação. Tenho o documento de nomeação até hoje.

Fui demitida das duas escolas quando souberam que eu estava grávida e, para não ficar sem recursos nesse momento tão importante, passei a dar aulas particulares na minha casa, de Física e de Química. Era uma vida de dificuldades”, diz Yvonne, sobre um período em que as leis trabalhistas ainda não estavam consolidadas, tampouco os direitos das mulheres trabalhadoras.

O casal Mascarenhas fez parte do grupo de primeiros bolsistas do recém-criado Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), posteriormente intitulado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, onde desenvolviam suas atividades nos Departamentos de Física, de Química, de Geologia e Biologia, no Instituto Nacional de Tecnologia do Rio de Janeiro, Instituto Oswaldo Cruz e Departamento da Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia.

Em 1956, depois de quinze anos morando no Rio de Janeiro, Yvonne muda novamente de cidade e estado. Volta às origens, ao interior do estado de São Paulo: aceita o desafio de trabalhar como professora assistente na Escola de Engenharia de São Carlos, na USP, que havia iniciado suas atividades apenas três anos antes. Da efervescência cultural do bairro de Copacabana, na capital do país, para um centro de pesquisa onde tudo estava sendo criado, construído.

Assim como sua família. Yvonne veio para São Carlos com o marido, Sérgio Mascarenhas, e o filho do casal, Sérgio Roberto. E estava grávida de sua primeira filha, Yvone Maria. A cidade tinha então cerca de 40 mil habitantes, pequena, muito diferente do Rio, e Yvonne esperava uma vida com menos dificuldades.





“O convite era para ser assistente em tempo integral, com bom salário e com a recomendação de trabalhar com pesquisa, por isso decidimos deixar a Cidade Maravilhosa para vivermos numa pequena cidade do interior. Nunca me arrependi de ter feito isso. Mas sentia falta da família e dos amigos que ficaram no Rio de Janeiro, uma ausência compensada pelas boas condições de trabalho que tínhamos aqui e pela recepção muito carinhosa das várias pessoas que conhecemos.”

Dois anos depois, Yvonne Mascarenhas seria a primeira mulher a ocupar uma cadeira – a denominação para a função de professor – no Departamento de Física da Escola de Engenharia da USP de São Carlos.

“A Química era um universo de pesquisa muito vasto”, lembra Yvonne. Tão vasto que, ao trabalhar e acompanhar diversos grupos e pesquisadores, foi apresentada à cristalografia e, em 1959, recebeu uma bolsa de estudos Fullbright: até o começo de 1961 trabalhou no laboratório de G. A. Jeffrey e B. Craven, da Carnegie Mellon, na Universidade de Pittsburgh, fundada em 1900 na Pensilvânia, EUA, pela qual muitos nomes conhecidos já passaram e onde se formaram vinte personalidades laureadas com o Prêmio Nobel. Carnegie Mellon se tornou uma universidade internacional com

mais de uma dúzia de locais de concessão de graduação em seis continentes, incluindo campi de concessão de graduação no Qatar e no Vale do Silício, e mais de vinte parcerias de pesquisa. Para nossa Yvonne era o início de sua paixão pela cristalografia e um importante passo para a introdução e consolidação dessa área de pesquisa no Brasil.

Nessa mesma época professores das melhores universidades americanas (Universidade da Califórnia, Universidade de Pittsburgh, Universidade de Princeton etc.) e do Naval Research Laboratories vieram para São Carlos como visitantes, para estada curta ou anual, com suas famílias, patrocinados

“Quando voltei ao Brasil, grávida da minha filha Helena, que nasceu no início de 1961, me aprofundei na área de cristalografia estrutural e me aproximei dos químicos, porque para fazer esse trabalho tem duas maneiras: você começa do zero, isolando ou sintetizando substâncias, depois tenta cristalizar, faz análise espectral com infravermelho, ultravioleta, daí obtém um monocristal, e depois começa a fazer estrutura cristalográfica. Então eu achei que essa fase inicial, pra eu poder ter no meu laboratório, não podia ser um laboratório, teria que ser um complexo com pessoas de várias áreas trabalhando.”



pelo programa da Comissão Fulbright, de seis anos de duração, que os titulares das cátedras conseguiram junto ao governo americano e em convênio com a USP.

Mas Yvonne percebeu que a comunidade química brasileira já estava muito bem desenvolvida, com pessoas trabalhando com produtos naturais, principalmente em Araraquara e Belo Horizonte, que ela conhecia muito bem.

“Tinha o pessoal da Química Inorgânica da USP, em São Carlos, e em Belo Horizonte, principalmente. Então, ao invés de criar um macrogrupo, o que seria praticamente impossível, e sabendo desse cenário no país, me aproximei dos químicos e tive muita sorte. Conheci no Instituto de Química de São Paulo um professor que era uma pessoa maravilhosa, o Otto Gottlieb, que trabalhava com produtos naturais. Ele foi realmente o pai dos produtos naturais, viajando o país inteiro, estabelecendo grupos de pesquisa. A natureza no Brasil tem biomas muito diversificados. Trabalhei

também com o Prof. Ernesto Giesbrecht, do Instituto de Química da USP de São Paulo, da Química Inorgânica; e com um grupo muito interessante de Belo Horizonte, a Laíde Braga de Oliveira, e nem posso citar todos, pois eram muitos e excelentes, todos eles; no Rio de Janeiro, no Ceará também tem um grupo com o qual colaborei bastante. Quando esse pessoal isolava materiais e depois ia determinar a estrutura molecular, usava técnicas tradicionais. Pode-se usar a estrutura molecular quantitativa, quantos átomos de carbono tem, se tem nitrogênio, se tem oxigênio, fazendo a fórmula composicional da molécula. Você pode tirar espectros e vai ver pelo infravermelho, pelo ultravioleta as características daquele material. Mas para juntar isso tudo você tem que conhecer a estrutura molecular tridimensional. É isso que a cristalografia de cristais dá. Se for uma proteína, tem que ser uma proteína monocristalizada, e se for dessas moléculas pequenas, são os monocristais.”

Pesquisadora, professora, Yvonne, ao longo dos anos de dedicação à ciência, desenvolveu a capacidade de reunir colegas e profissionais na busca de um conhecimento, de uma descoberta. Hoje, essa característica singular da Dama dos Cristais é chamada de *network*, palavra utilizada para descrever uma rede, ou seja, um grupo de pessoas conectadas com um objetivo na área profissional. Essa capacidade de criar equipes, muitas delas ainda ativas, de áreas e países diferentes, foi sendo aprimorada por Yvonne Mascarenhas e se mantém viva atualmente.

Objeto de pesquisa da Profa. Yvonne, a cristalografia é a ciência que trata da cristalização, da forma e estrutura dos cristais, e as múltiplas funcionalidades desse campo foram o que encantou nossa pesquisadora. A história de como o estudo dos cristais passa a ser ciência é muito intrigante e envolve outra mulher desbravadora, como ela descreve:





“A dupla hélice como representação do DNA é uma das imagens mais conhecidas produzidas pela ciência do século 20. A descoberta da estrutura da molécula ocorreu em 1953, por Francis Crick e James Watson, que usaram os dados da biofísica Rosalind Franklin, sem seu conhecimento e sem sua aprovação, e escreveram o artigo pioneiro publicado na revista *Nature*. Ela usou a técnica de difração de raios X para obter a imagem e fez a foto do DNA que se tornou uma das vedetes da cristalografia, cujos métodos experimentais e teóricos começaram a ser desenvolvidos em 1895, com a descoberta dos raios X pelo alemão Wilhelm Rontgen. Segundo a pesquisadora Iris Toriani, do Instituto de Física da Universidade Estadual de Campinas, ‘a cristalografia é o método que serviu de base para mais trabalhos ganhadores de prêmios Nobel até hoje, num total de 29. Sua importância dá-se porque com raios X e conceitos matemáticos consegue-se indicar onde cada átomo se localiza nas moléculas’.”

Apesar das inúmeras dificuldades provocadas pelo preconceito, em 1953 Rosalind Franklin mudou de laboratório e continuou com seu trabalho sobre a estrutura mosaical do vírus do tabaco. Nos seus últimos anos de vida, realizou pesquisas sobre a estrutura do RNA viral, contribuindo com novas informações no campo da biologia molecular. Não é sem motivo que ela é uma das referências da nossa personagem.

A cristalografia possibilitou o estudo de um mundo que já existia mas não era conhecido, explica Yvonne: “Como quando criou-se a lente, que possibilitou o desenvolvimento tanto da astronomia quanto das ciências biológicas, viabilizando equipamentos para olhar as coisas menores, com resultados surpreendentes, com a descoberta dos micro-organismos invisíveis a olho nu. Assim chegou ao fim a teoria da geração espontânea, e a óptica, com todos os instrumentos criados através dela, passou a ter muita importância”.

São Carlos não dispunha dos equipamentos modernos utilizados por Yvonne Mascarenhas em seu período de trabalho no exterior: computadores. Por isso ela procurou realizar os cálculos que necessitava no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), que existe até hoje, no campus da USP da capital paulista, com atuação em atividades como aplicações de radiações e radioisótopos, em reatores nucleares, em materiais e no ciclo do combustível, em radioproteção e dosimetria, com resultados importantes no domínio de tecnologias, na produção de materiais e na prestação de serviços de valor econômico e estratégico para o país. “Na época, o diretor de lá tinha uma mente um pouco fechada

e, apesar do computador nem ser tão usado, quando expus meu projeto, pedindo autorização para usar o equipamento do Ipen, ele disse que não era do interesse do centro e não permitiu. Só que o pesquisador chefe do computador disse que sim, e eu comecei a ir meio clandestinamente. Fazia isso um dia por semana, até que encontrei o diretor no corredor, que me despachou e disse pra não voltar mais. Logo em seguida a Politécnica adquiriu um IBM 650, e lá eles foram receptivos. Eu pegava o trem da Estrada de Ferro Paulista aqui em São Carlos às 6h30, chegava em São Paulo às 11h30, depois pegava o trem de volta às 18h e chegava em casa por volta de 22h”, narra nossa personagem da história da ciência no Brasil.

A Politécnica a que se refere Yvonne Mascarenhas é a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli) da USP, fundada em 1893 e que oferece cursos agrupados em quatro grandes áreas da engenharia: Civil, Elétrica, Mecânica e Química, e cujas pesquisas são conhecidas por sua capacidade de pronta aplicação, tanto na modernização de processos como na inovação de produtos e serviços.

Na década de 1960, Yvonne formou, com os alunos de que dispunha na iniciação científica, de mestrado e doutorado, um grupo para pesquisas na estrutura nos primeiros laboratórios de pesquisa em Química da USP em São Carlos, no edifício Casa D'Itália, onde hoje é o Centro de Divulgação Científica e Cultural da USP (CDCC). Essa estrutura antecede o Instituto de Física e Química de São Carlos da Universidade de São Paulo, que só foi criado em 1972, com dois departamentos: de Química e de Física Molecular.

Esse grupo de pesquisa criado por ela ainda trabalha com análise cristalográfica de solo, que começou por conta de projeto realizado com a Embrapa. As duas últimas fases, as mais recentes desse grupo, foram em técnicas de espalhamento de raios X, com

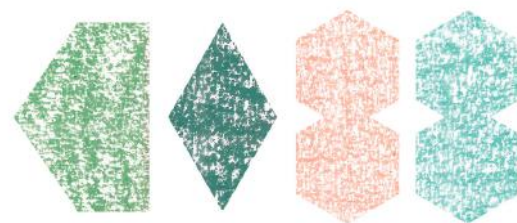
a própria Profa. Yvonne estudando moléculas de proteína em solução, e a segunda fase com o também membro do grupo Professor Glaucius Oliva, ex-presidente do CNPq, com a pesquisa de estrutura das proteínas em monocristais.

Em 1963, aos 32 anos, Yvonne defende a tese de doutorado intitulada “Determinação de estruturas cristalinas por difração de raios X: estudo do formato manganoso bi-hidratado”, sob a orientação do Dr. Theodureto de Arruda Souto, na USP São Carlos, e passa a ser doutora, sendo enfim reconhecida perante seus pares e a comunidade acadêmica como profissional com formação completa como pesquisadora. É importante dizer que o orientador de Yvonne nessa conquista, o também professor Theodureto de Arruda Souto, foi diretor da Escola de Engenharia da USP em São Carlos de dezembro de 1952 a novembro de 1967.



Em outubro de 1968 nasce o quarto filho de nossa cientista, chamado Paulo. “Construímos uma casa em São Carlos que fica a uma quadra da USP. Eu ia e voltava a pé do laboratório. Tive a sorte de ter me ajudando uma senhora que administrava as questões domésticas. Meus filhos, quando voltavam da escola, muitas vezes passavam pela minha sala e às vezes eu trabalhava em casa, junto com eles. Meu tempo era dividido entre as aulas que eu tinha, a pesquisa que estava fazendo e as crianças. Eram meus focos. Quando havia alguma crise, alguma viagem ou situação urgente, minha mãe vinha do Rio de Janeiro e ficava até um mês comigo. Não fui uma dona de casa completa porque obviamente eu não tinha nem tempo nem desejo de ficar nos trabalhos domésticos. Tive muito apoio! Agora eu vejo essa transição maravilhosa em que bons maridos compartilham mesmo a vida como casal: a maternidade, a escola dos filhos.” Nessa casa que Yvonne descreve morou também seu sogro, que havia perdido a visão. A sogra também veio para São Carlos, mas para morar em outra casa, e participava das questões familiares. Em 2022, Yvonne contava, feliz, que tem dez netos e nove bisnetos.

Sempre buscando as variadas maneiras de pesquisar e trabalhar com a cristalografia, Yvonne se interessa por uma nova área: “Comecei a lidar com ciência dos materiais, principalmente com amostras de pó, no que tive muita colaboração dos colegas da UFSCar, um grupo variado. E, finalmente, apareceu aqui no instituto um grupo de polímeros sintéticos, num projeto do CNPq com contrato do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), para cerca de seis anos. Esse tipo de contrato possibilita trabalhar na mesma área, com bom financiamento, durante um bom tempo, e o INCT tem polos em várias universidades. Com isso fui diversificando as aplicações e ao mesmo tempo criando uma rede de conexões com vários cientistas do Brasil e alguns do exterior.”



Graças ao desenvolvimento, pela ciência, dos polímeros sintéticos ou artificiais, hoje eles são amplamente utilizados. Fabricados em laboratório, em geral possuem ingredientes derivados de petróleo, e os mais conhecidos são: poliestireno, polimetacrilato de metila (acrílico), polipropileno, polietileno e policloreto de vinila (PVC).

Por conta de todos os contatos com cristalógrafos, em 29 de outubro de 1971 Yvonne fundou, junto com outros pesquisadores, a Sociedade Brasileira de Cristalografia, uma instituição criada para promover o desenvolvimento da cristalografia no Brasil, através de atividades como congressos, reuniões científicas e conferências, promovendo trabalhos de pesquisa e de divulgação, o intercâmbio

com outras associações e sociedades, no Brasil e no exterior. Yvonne foi presidente da entidade em diversas ocasiões, mesmo depois de sua aposentadoria. “Eu sou bem-aceita, reconhecida, tenho muita gratidão pela comunidade química.”

Essa mesma rede de contatos, relações e troca de conhecimentos, materiais, enfim, de ciência, inclusive com três premiados com o Nobel de Química, possibilitou que nossa pesquisadora tivesse a oportunidade de trabalhar em instituições de prestígio como Harvard (atuou como professora visitante na Harvard Medical School de 1972 a 1973), Princeton (1966), Birkbeck College da Universidade de Londres (1979-1980), Instituto Politécnico Nacional do México (1967). E participasse do grupo responsável pelo desenvolvimento do banco de dados cristalográficos de Cambridge (CCDC), na Inglaterra, além de trazer para o Brasil visitantes internacionais renomados ou em ascensão, tendo alguns deles inclusive se fixado em outros centros brasileiros como Ipen, Unicamp, LNLS e USP. Com a família crescida e a produção científica a toda força, a Dama dos Cristais obteve o título de livre-docente pela Escola de Engenharia de São Carlos em 1971.



“A cada quatro anos saíamos para o exterior para fazer uma coisa nova ou um aperfeiçoamento de algo que já estávamos fazendo, e sempre levávamos nossos filhos junto. Eu considero que foram boas experiências para mim e boas oportunidades para eles também, que viveram em países diferentes, escolas diferentes. Todos aproveitaram bem essas viagens.”

Toda essa atividade não afastou Yvonne Mascarenhas das artes: mantendo seu perfil de liderança, em 1970 apoiou o curso de iniciação musical organizado para os estudantes da Escola de Engenharia de São Carlos na Fazenda Monte Alegre, em Descalvado, cidade próxima a São Carlos.

A paixão pelas artes influenciou toda a família, mas especialmente a filha Helena, que cantava profissionalmente, tocava teclado e violão. Quando Helena faleceu (2003), deixou um CD gravado com três composições dela e um livro com as histórias que sua avó, dona Bartira, inventava e contava para Yvonne na infância.

Em seu segundo estágio em Pittsburgh, Pensilvânia (EUA), a maneira como eram feitos os registros de diagramas de raios X tinha mudado. Já existia um difratômetro automatizado para cristalografia. “Eu havia levado um cristal para medir 6.500 reflexões

que o novo equipamento poderia fazer em uma semana, trabalhando dia e noite. Só que o automático do equipamento era relativo, já que de vez em quando dava problema, e se quem estivesse supervisionando não interrompesse a coleta e reiniciasse o computador, eram perdidas horas de medidas. Então o supervisor do trabalho fez uma proposta: ele faria a supervisão do equipamento durante o dia e eu faria à noite. Assim, eu chegava no laboratório umas 18h e saía às 8 da manhã.”

Com esse conhecimento e com a crescente necessidade de realizar grandes cálculos e sem nenhum equipamento como esse no Brasil, em 1973 Yvonne inicia o processo para que a Fapesp comprasse um difratômetro automático para monocristais. Em 1976, o equipamento, de origem holandesa, único na América Latina, foi instalado na USP em São Carlos. “Esse processo foi difícil porque pouca gente trabalhava nessa área. Era um PDP com 120K de memória! Foram dois ou três anos para conseguir essa aprovação.

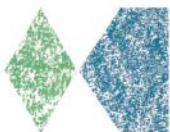
O computador ocupava uma sala de seis por quatro metros inteira! Usávamos fitas magnéticas para guardar os dados. Esse equipamento funcionou por cerca de dez anos, sendo substituído por versões mais recentes ao longo dos anos, acelerando a produção de dados.”

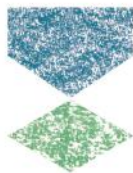
A década de 1980 foi de vitórias e mudanças na vida da desbravadora Yvonne Mascarenhas. A partir de 1981, ela passa a ser professora titular do Instituto de Física e Química. Nessa mesma época, Sérgio Mascarenhas se muda para Ribeirão Preto e Yvonne continua em São Carlos. Numa das entrevistas que deu em junho de 2021, por ocasião da morte do Professor Sérgio, Yvonne declarou:

“Estamos casados desde estudantes. Fomos companheiros de graduação, pós-graduação e ficamos casados, eu diria, de fato a vida inteira. Embora tenhamos nos divorciado, não mantivemos nenhuma relação de separação sob o ponto de vista do amor à família. Ele certamente vai fazer falta como exemplo de pesquisador devotado à ciência do Brasil. A memória dele com certeza vai ser um espelho onde os jovens poderão se inspirar para continuar a tarefa dele”.

A preocupação com a divulgação e formação científica sempre foi uma marca do casal Mascarenhas. A Dama dos Cristais orientou inúmeras dissertações de mestrado e teses de doutorado, tendo publicado mais de 150 artigos em revistas indexadas sobre cristalografia. “Meus alunos, meus colegas enriqueceram muito a minha vida, tornando muito gratificante o esforço feito”, diz.

O reconhecimento dessa vida que continua dedicada à ciência tem se acentuado ao longo dos anos. Recebeu em 1991 o Prêmio Francisco Salles Vicente de Azevedo, da Associação Brasileira de Cerâmica, e, em 1998, o então presidente Fernando Henrique Cardoso concedeu a Yvonne Mascarenhas a Ordem Nacional do Mérito Científico na classe Grã-Cruz, a mais importante condecoração da área





científica e tecnológica do país, a qual destina-se a premiar personagens nacionais e internacionais que tenham prestado contribuições relevantes à ciência e se destacado por suas qualidades intelectuais e acadêmicas.

Em 1994, Yvonne tornou-se a primeira diretora do Instituto de Física São Carlos-USP, então recém-formado com o desdobramento do antigo IFQSC, deixando o cargo em 1998. Foi designada como membro do Comitê de Ensino da International Union of Crystallography-IUCr em 1997 e se mantém na função até hoje. A União Internacional de Cristalografia é uma organização dedicada à promoção e coordenação internacional da ciência da cristalografia, integrando o Conselho Internacional de Ciência.

No início dos anos 2000, ingressou como membro titular na Academia Brasileira de Ciências, que divulga e fomenta a produção científica no Brasil desde 1916. Em 2006, o prédio do Núcleo Operacional do São Carlos Science Park foi nomeado de “Solar da Inovação Sérgio e Yvonne Mascarenhas ParqTec”, um tipo de homenagem ainda raro para as mulheres cientistas brasileiras.

Engajada na difusão científica, Yvonne Mascarenhas criou e coordena, desde

2010, um projeto que tem como principais objetivos complementar a educação em Ciências nas escolas públicas, inicialmente em São Carlos (SP), e divulgar a produção universitária. O projeto “Agência Multimídia de Difusão Científica e Educacional Ciência Web” é desenvolvido pelo Instituto de Estudos Avançados (USP – Polo São Carlos) e seu principal veículo de comunicação é o Portal Ciência Web, o qual disponibiliza vídeos, jogos e muitos outros conteúdos multimídia como forma de acrescentar conteúdo ao ensino de Ciências nas escolas públicas, inclusive com os trabalhos desenvolvidos nos centros de pesquisa universitários. O projeto recebeu apoio por meio de convênios com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e Fundação para o Incremento da Pesquisa e do Aperfeiçoamento Industrial (Fipai).

Em abril de 2011, no Rio de Janeiro, comemorando o 120º Aniversário do JB – *Jornal do Brasil*, a Academia Brasileira de Letras – ABL reuniu cerca de três centenas de convidados dos mais variados panoramas, como político, artístico, empresarial, esportivo, científico e educacional, em uma solenidade em que agraciou mulheres

com uma “Homenagem Especial Brasil Mulher”, honraria especialmente dedicada àquelas que se destacaram em seu campo de atuação, em prol do desenvolvimento e notoriedade do Brasil. Além da então presidenta da República Dilma Rousseff, da escritora Lygia Fagundes Telles, da atriz Marieta Severo e da medalhista olímpica Jaqueline Silva, entre outras personalidades, a Profa. Yvonne Mascarenhas, do IFSC-USP, foi a homenageada na área da ciência.

Em 2013, nossa personagem recebeu o título de professora emérita do CNPq. E para homenagear a docente, pesquisadora e pioneira do Instituto de Física de São Carlos (IFSC/USP), a Escola Estadual “Professor Arlindo Bittencourt” inaugurou em abril de 2014 a Sala de Leitura “Professora Yvonne Mascarenhas”.

Foi uma das doze cientistas a receber o Prêmio IUPAC-2017 Distinguished Women in Chemistry or Chemical Engineering Awards, da União Internacional de Química Pura e Aplicada (IUPAC), prêmio criado em 2011 e que é considerado de grande prestígio e relevância científica na área da Química, atribuído pelo quarto ano consecutivo pela International Union of Pure and Applied Chemistry (IUPAC). Foi criado para reconhecer

e promover o trabalho das mulheres químicas/engenheiras químicas em todo o mundo. As premiadas são selecionadas com base na excelência em pesquisa básica ou aplicada, realizações distintas no ensino ou na educação, liderança ou excelência gerencial demonstradas nas ciências químicas.

Em janeiro de 2019 foi homenageada com o Prêmio Rheinboldt-Hauptmann, destinado a pesquisadores que se destacam pela excelência de seu trabalho científico e acadêmico, concedido pelo Instituto de Química da USP.

“A pesquisa no Brasil sempre teve altos e baixos de financiamento. Nos últimos anos não consigo entender como se toma a decisão de reduzir esses investimentos, já que nos países avançados, quando se tem uma crise, eles aumentam a verba destinada à pesquisa, que é para conseguir ampliar as condições de trabalho, de produção. Nós aqui temos uma mentalidade oposta a essa.”

O reconhecimento continua. A Profa. Yvonne Mascarenhas conquistou dois anos depois o Prêmio Joaquim da Costa Ribeiro – 2021, outorgado pela Sociedade Brasileira de Física (SBF), “por suas atividades de pesquisa pioneiras em cristalografia de raios X e por iniciar uma sólida comunidade científica nesta área no Brasil”. Tornou-se assim a primeira mulher a conquistar esse prêmio.

“A maioria da população brasileira é pouco preparada cientificamente, boa parte nem conclui o ensino fundamental, e o número de alunos que vai para o ensino médio é lamentável. E mesmo esses não têm domínio de leitura e de Matemática. É muito difícil corrigir isso. Nós temos que fazer um esforço nacional para melhorar o ensino fundamental, ter uma formação de professores mais adequada e com regras de aproveitamento levadas mais a sério. E esse pessoal mais ingênuo, vou chamá-los de ingênuos por falta de conhecimento, são presa fácil para tudo que é superstição, acreditando mais na opinião de alguém que lança uma suspeita sobre a vacina, por exemplo, que defende remédios que não funcionam, ao invés de acreditar na ciência. Resultado da má formação cultural da nossa população. Temos que colocar um esforço enorme na formação dos novos cidadãos”,

conclui a Profa. Dra. Yvonne Mascarenhas, a Dama dos Cristais.



Link para documentário



dedicação

à ciência

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva:

educação de qualidade para todos, em todos os níveis

Por Monica Fonseca Wexell Severo



A voz calma e a fala tranquila, o sotaque gaúcho e o sorriso amplo são as marcas dessa professora, que hoje exhibe cabelos vermelhos.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva se descreve como “mulher negra, professora, pesquisadora e militante político-social”. A docente, pesquisadora e cientista é engajada nas áreas de educação, relações étnico-raciais, práticas sociais, políticas curriculares e direitos humanos. Professora emérita da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), nasceu muito longe, em Porto Alegre, no bairro Colônia Africana, no ano de 1942.

A mãe de Petronilha era professora. Depois das aulas na escola em que trabalhava, começava mais um ciclo de trabalho com aulas particulares na casa da família, agora para jovens trabalhadoras. Muitas dessas alunas particulares eram empregadas domésticas, que desejavam melhorar suas condições de vida. Aulas de

alfabetização para algumas, de preparação para ingressar no ginásio para outras. Essa mãe professora insistiu para que a filha aprendesse outros idiomas, o que se mostrou bastante importante nas aventuras que se seguiram. Foi nesse ambiente que a menina, que sempre estudou em escolas públicas, aprendeu posturas e o seu jeito de ser.

Na família de Petronilha, as experiências de discriminação e preconceito eram sempre debatidas, para que pudessem ser compreendidas e enfrentadas. Não se usava tanto a expressão racismo, mas as atitudes e experiências da discriminação nunca passavam despercebidas. Por exemplo, no ensino fundamental, ela estudava com muitas outras crianças negras, pois residia num bairro negro de Porto Alegre. Quando estava no ginásio eram somente três as estudantes negras.

A partir do colegial – chamamos agora de ensino médio –, Petronilha era a única estudante negra em suas turmas! E as outras crianças negras? Foram excluídas da escola, ingressaram no mercado de trabalho sem formação, empurradas a ocupar postos de menor remuneração e com condições de trabalho mais difíceis.

Petronilha viveu muitas situações em que foi necessário combater a discriminação racial e o preconceito em suas várias

manifestações, sempre reforçando que as diferenças entre as pessoas não são sinais de inferioridade de parte delas. Para ela, a cor da pele, o tipo de cabelo ou o modelo de nariz não revelam as capacidades dos seres humanos.

Em 1964, ano do golpe militar no Brasil, Petronilha licenciou-se em Letras e Francês. Logo a seguir iniciou sua trajetória na docência e na coordenação pedagógica nas redes pública e particular, em Porto Alegre – na Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Cândido José de Godói” e no Colégio Sévigné. Foi na escola que ela percebeu que os problemas devem ser enfrentados de forma coletiva, que o racismo e todas as formas de discriminação precisam ser entendidos e superados com ações coordenadas. Essa experiência na orientação de professores a fez chegar a cargos técnicos na Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul e, na sequência, ao Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Em 1974 começou a atuar também como professora no ensino superior, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) – até 1989.

Quando tinha 24 anos (1966/1967), Petronilha foi estudar em Nice, na França, com uma bolsa de estudos da Comunidade

Econômica Europeia Bélgica. Naquela cidade universitária fez contatos com outros jovens, vindos de todas as partes do mundo. Nessas experiências, aprendeu que aqueles que desconheciam nosso país tinham ideias muito estereotipadas do nosso povo, não conheciam nossos problemas nem nossa cultura, imaginavam que vivíamos num eterno carnaval. Quando Petronilha contava sobre os debates e as ações que tentava desenvolver para combater o racismo e estruturar nosso sistema de ensino de forma justa, os colegas surpreendiam-se.



Aos 35 anos (1977), a pesquisadora estava de novo estudando na Europa, fazendo uma especialização em Planejamento e Administração da Educação no Instituto Internacional de Planejamento da Unesco, em Paris. O mestrado foi em Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com pesquisa sobre problemas técnicos e políticos na área, e foi concluído no ano de 1979.

Nessa época, ela queria estudar os problemas da falta de conexão entre o currículo escolar e a vida. Para entender os problemas do processo de educação nas escolas da periferia da cidade, aquelas que atendiam a população que vinha do campo, a pesquisadora achou que devia entender a educação no meio rural. Seu professor orientador, também da UFRGS, fez então uma exigência: a estudante precisava viver numa comunidade afastada durante um mês, sem fazer sequer uma visita à sede da cidade escolhida. Somente após cumprida essa missão ela seria aceita no programa com o tema desejado. Assim ela fez. A professora foi viver um mês em Limoeiro, comunidade afastada, no pequeno município de Palmares do Sul. Era a escola de mais difícil acesso da pequena cidade. Como brincava uma amiga, Petronilha tinha espírito corajoso e

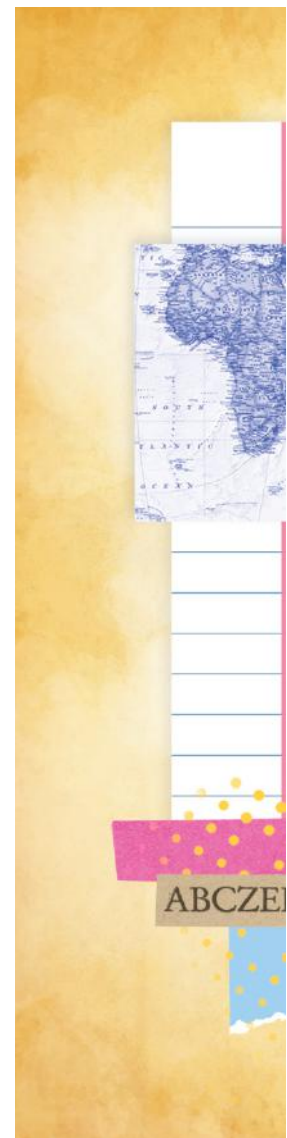
aventureiro: “Ou estás em Paris ou estás no Limoeiro”. Quanta diferença entre a Cidade Luz e o pequeno povoado!

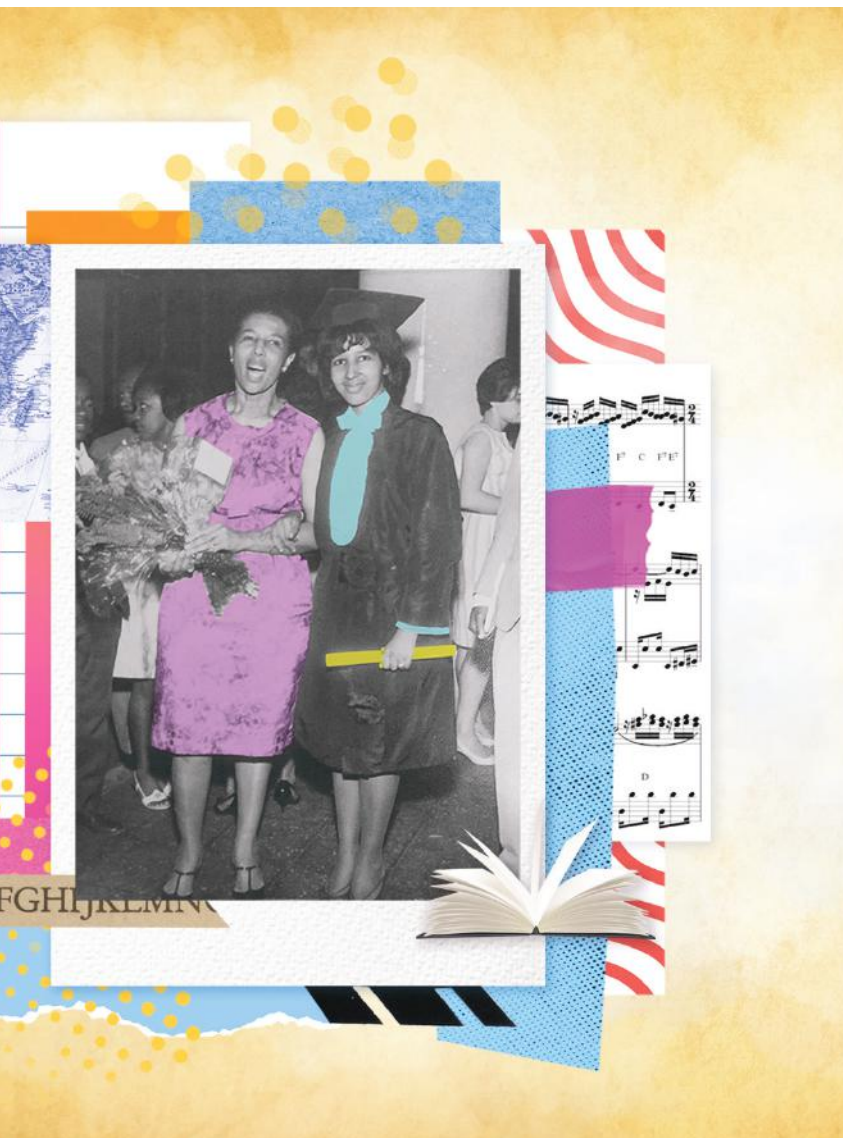
Chegando à comunidade, a intelectual negra descobre que as três professoras também são negras, assim como a quase totalidade dos estudantes e da comunidade. As casas eram afastadas umas das outras, hospedaria não havia, nem luz elétrica. Ficou alojada na casa da professora que morava mais perto da escola. Difícil era explicar o que fazia ali, já que não era professora nem inspetora de alunos. Quando dizia que estava estudando para ser doutora a confusão só aumentava, pois ela não estudava Medicina. Para ajudar na escola, elaborou e desenvolveu um projeto de leitura com as crianças. Esse trabalho se transformou num livro, *A História do Limoeiro*, com relatos das crianças e outros coletados por elas junto às famílias.

Petronilha não queria que sua tese de doutorado, concluído em 1987, fosse importante somente para ela, desejava que pudesse ter sentido também para a comunidade. Por isso deixou um exemplar impresso de seu trabalho lá no Limoeiro. Muitos anos depois, quando se iniciou o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas (Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003), uma das professoras fez contato com Petronilha, que na época já estava em São Carlos. Inicialmente, a comunidade do Limoeiro havia ficado fora desse processo. A comunidade questionou os técnicos do Incra, estes informaram que não havia estudo antropológico sobre aquela comunidade. Sua história de resistência não bastava. Nessa hora, a tese de doutoramento de Petronilha foi apresentada, dando início ao processo burocrático de reconhecimento da comunidade como quilombo.

Para dar continuidade a seus estudos, a pesquisadora descartou retornar à Europa ou aos Estados Unidos, optando por pesquisar na África.

Em 1996, aos 54 anos, nossa cientista realizou um estágio de pós-doutoramento em Teoria da Educação, na University of South Africa, em Pretória, África do Sul.





Nessa universidade foi professora visitante, assim como na Universidad Autonoma del Estado de Morelo, em Cuernavaca, México (2003), na Stanford University, USA (2008 até 2015) e na Universidade de Maputo, em Moçambique (2019).

No Brasil, sua intensa atuação na universidade pública foi enriquecida com essa experiência e esses contatos com pesquisadores de diversas partes do mundo. A professora pôde organizar encontros e receber visitantes, que aqui encontraram outros jovens universitários que estavam se preparando para o exercício da docência. Mudar os professores, transformar seu olhar. Esforço enorme para construir uma educação que rompa os sentimentos de inferioridade e superioridade que marcam nossa sociedade, forjada na desigualdade racial e social. Mudar a maneira como as pessoas se dirigem umas às outras, ajudá-las a abandonar preconceitos estabelecidos, fazer com que nos transformemos e deixemos de aceitar as posições que nascem das desigualdades de raça, classe social e sexo. Tudo isso se fortalece com a circulação de ideias e com a valorização da pluralidade e da diversidade que emanam de diversos lugares do mundo.

Na cidade de São Carlos, sua imensa contribuição para a transformação da realidade foi e é bastante reconhecida. Em 2001, Petronilha recebeu da Câmara Municipal de Vereadores um Diploma Público em reconhecimento a serviços prestados na área da educação. Da mesma Câmara de Vereadores, em 2011, recebeu uma Moção de Congratulação – Efusivos cumprimentos em nome da coletividade são-carlense. Em 2010 foi a vez de a UFSCar homenagear a educadora com a medalha Honra ao Mérito – UFSCar 40 Anos.

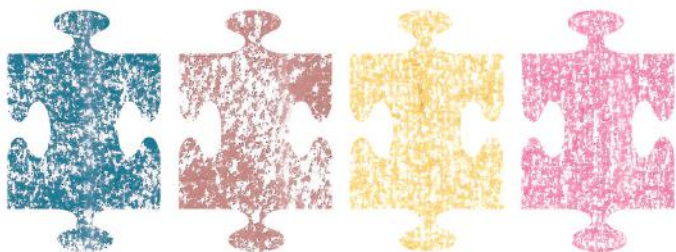
No ano de 2004, Petronilha foi homenageada com o troféu Raça Negra, da Afrobras. Foi mais um reconhecimento de sua luta pela inclusão e contra todas as formas de discriminação. Essa premiação começou em 2000, em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra. De lá para cá, personalidades e autoridades que atuam para a inclusão étnico-racial no Brasil são anualmente homenageadas. Outra iniciativa da Afrobras foi a criação da Universidade Zumbi dos Palmares. Mas vejamos o que fez com que Petronilha recebesse tantas homenagens. Nas palavras de nossa pesquisadora:



“É sabido que aprender-ensinar-aprender, processo em que mulheres e homens fazem e refazem seu jeito de ser, viver, pensar ao longo da vida, os envolve em trocas de significados com outras pessoas de diferentes faixas etárias, sexo, grupos sociais e étnico-raciais, experiências de viver. Tratar, pois, de ensinamentos e de aprendizagens é tratar de identidades, de conhecimentos que se situam em contextos de culturas, de choques e trocas entre jeitos de ser e viver, de relações de poder

Nós, brasileiros, oriundos de diferentes grupos étnico-raciais – indígenas, africanos, europeus, asiáticos –, aprendemos a nos situar na sociedade, bem como o ensinamos a outros e outras menos experientes, por meio de práticas sociais em que relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas nos acolhem, rejeitam ou querem modificar. Deste modo, construímos nossas identidades – nacional, étnico-racial, pessoal –, apreendemos e transmitimos visão de mundo que se expressa nos valores, posturas, atitudes que assumimos, nos princípios que defendemos e ações que empreendemos.

Estes complexos processos, na nossa experiência brasileira, se desenvolvem com a finalidade de manter ou superar projeto de nação racializado, no qual, '[...] não há espaço para negros, indígenas e mestiços,



classificados ao longo dos séculos, cada vez com maior sutileza, como pertencentes a raças bárbaras'. [...] A nação brasileira se projetou branca [...], a migração europeia teve entre seus objetivos 'o clareamento da população (que também significa ocidentalização), supondo-se que, num processo histórico de mestiçagem fossem prevalecer as características da raça branca'. Fortalecida por políticas desta natureza, se estabelece, no Brasil, a branquitude como norma inquestionável, da mesma maneira que em outras sociedades que tentam se universalizar como brancas e, portanto, herdeiras do mundo ocidental europeu."

E o que fazemos com essa herança? Desejamos manter ou superar esse modelo racializado que recebemos das gerações que nos antecederam? Mudar esse estado de coisas necessita de teoria e exige ação prática.

Por suas ações, em 2002 Petronilha foi indicada pelo Movimento Negro como conselheira da Câmara de Educação Superior, no Conselho Nacional de Educação (CNE), em que atuou até 2006. A Profa. Petronilha foi a primeira pessoa negra a ter assento nesse importante fórum. Vejam só, desde 1995, sua fundação, até 2002 nenhuma pessoa negra havia participado

do CNE! Como devemos chamar esse fato? Para a Profa. Petronilha, isso é o racismo. E nossa querida guerreira foi a proponente e, depois, a relatora do Parecer 3/2004 do CNE sobre a Lei n. 10.639/2003, que prevê a obrigatoriedade da inclusão da história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos dos ensinos fundamental e médio. A professora nos explica a importância dessas conquistas, pois:

“A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais.

Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de desencadear aprendizagens e ensinos em que se efetive participação no espaço público. Isto é, em que se formem homens e mulheres comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que têm formado a nação, bem como de negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propósitos, desejos, além de propor políticas que contemplem efetivamente a todos.”

A própria Petronilha fez um resumo de sua atuação no CNE, em que relaciona várias ações executadas e explica, mais uma vez, a importância da educação para a transformação da realidade e a reparação de injustiças:

“O Movimento Negro honrou-me, em 2002, ao indicar, aos senhores Presidente da República e Ministro da Educação, meu nome, que foi aceito, para compor o Conselho Nacional de Educação [...] Ao final do mandato, em abril de 2006, consultados meus registros pessoais e os feitos pela assessoria do CNE, foi possível constatar que, nestes quatro anos, examinei cerca de 160 processos, relatei 148, formulei 4 indicações, participei de 8 comissões internas, de 3 comissões externas, de 8 reuniões do Fórum Brasil de Educação, de 20 reuniões de debates a respeito de temáticas contundentes na educação brasileira, visitei 9 instituições de ensino superior, coordenei reuniões de trabalho com outros representantes do Movimento Negro que entre 2002 e 2003 exerciam funções em órgãos públicos em Brasília, elaborei 7 documentos de diferente natureza. [...] Dentre os pareceres, certamente o mais significativo é o CNE/CP 3/2004 e respectiva Resolução CNE/CP 1/2004, que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais

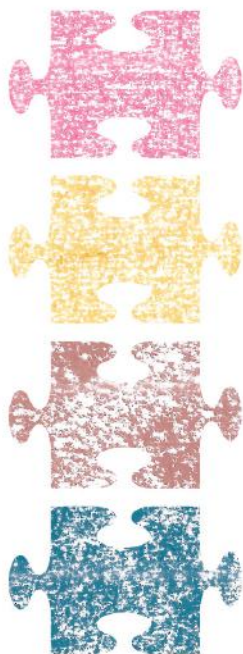
para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Sua importância tem sido salientada primeiramente por atender à reivindicação secular do Movimento Negro, a seguir por abranger todos os níveis dos sistemas de ensino, da educação infantil ao ensino superior, finalmente pela avaliação positiva manifestada pela população negra e por muitos educadores, além da valorização internacional, o que levou a Secad/MEC a traduzi-lo para o inglês, o espanhol e o francês. O Parecer CNE/CP 3/2004 e a Resolução CNE/CP 1/2004 configuram importante política curricular para a educação de todos os cidadãos brasileiros. Política esta que visa ao reconhecimento da inestimável contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para construção da nação brasileira, a reparações que lhes são devidas em virtude dos sérios danos que o racismo e políticas tácitas de exclusão lhes vêm, há cinco séculos, causando.”

Que sociedade queremos? Temos que nos fazer esta pergunta.

Para Petronilha, a educação é um meio para reeducarmos as relações étnico-raciais. Isso é trabalho que pode, e deve, ser desenvolvido por todas as pessoas que acham que devemos construir uma sociedade em que todos tenhamos os mesmos direitos, em que todas as pessoas sejam tratadas da mesma forma.

Em outras palavras, é uma tarefa para ser executada por pessoas negras e não negras, desde que desejem construir a mudança. E é combatida por todos aqueles que não querem uma sociedade mais igual. Petronilha ressalta que há pessoas que desejam manter as coisas como são agora, existem aquelas que defendem seus privilégios, que desejam que nossa sociedade continue com as características que herdamos desde o século 16, pois o nosso racismo costumeiro não nasceu hoje.

Por todas as suas ações e feitos em defesa das mudanças, em 2011 ela recebeu mais um prêmio, o de Educação para a Igualdade, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). A ministra Luiza Helena de Bairros entregou a homenagem para a primeira mulher negra a ter assento no Conselho Nacional de Educação, por seus relevantes serviços prestados ao país e pela valiosa contribuição para a educação brasileira no combate ao racismo.



Mas o reconhecimento mais importante por toda essa atuação em defesa de um país mais igualitário foi, também em 2011, a homenagem feita pela presidenta da República Dilma Rousseff: a Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Cavaleiro, uma das mais importantes honrarias concedidas pelo governo brasileiro aos cidadãos por suas virtudes e méritos excepcionais.

Ainda em 2011, no dia 25 de julho, nossa querida professora recebeu o Prêmio Luiza Mahin, oferecido pela Secretaria Municipal de Participação e Parceria (SMPP) de São Paulo. A premiação, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e que aconteceu na Câmara Municipal de São Paulo, tem como objetivo reconhecer esforços de mulheres negras do continente americano em defesa das transformações nas relações de gênero e raça. No ano de 2012, numa palestra disponível na web, produzida pelo TEDx UFF, a Profa. Petronilha faz importantes questionamentos sobre como as conquistas do CNE têm sido realizadas na vida prática:

“Estamos chegando ao 10º aniversário da Lei 10.639, que estabelece a necessidade da história e cultura negra dos africanos, e temos que avaliar a implantação desta

política pública de ação afirmativa de reconhecimento da população negra, da presença da população negra no Brasil. O que se fez até agora? Por que se fez tão pouco? Por que se deixa de fazer o que deve ser feito? O que está em jogo? Não se pode mais dizer que não há materiais de ensino. Não se pode mais dizer que não tenham sido oferecidas atividades de formação para os professores. Não se trata de ensinar novos conteúdos, mas de que as relações entre pessoas negras e não negras sejam humanizadas. Relações humanizadas entre pessoas é reconhecer e respeitar as pessoas em suas diferenças. De nada adianta o estudo de conteúdos relativos à história e cultura negra se as relações étnico-raciais se mantiverem [como eram antes dos estudos]. Todos os brasileiros devem conhecer a história e cultura dos povos que constituem a nação. Além dos conteúdos, novas relações devem se estabelecer. Essas políticas incidem sobre o projeto de sociedade que nós temos. Que sociedade nós queremos?”

O engajamento, o compromisso e a seriedade da professora são reconhecidos no Brasil e internacionalmente. Em junho de 2010, Petronilha foi indicada como Somghoy Wanadu-Wayoo, ou seja, conselheira integrante do Conselho do Amiru Shonghoy Hassimi O. Maiga, chefe do Povo Songhoy, no Mali.

Na UFSCar, a pesquisadora gaúcha assumiu a coordenação do Grupo Gestor do Programa de Ações Afirmativas (2007-2011), que reserva vagas para aqueles que estudaram em escolas públicas, para indígenas e negros. Em outras palavras, é mais uma maneira de construir uma universidade diversa, justa e democrática. Esse Programa de Ações Afirmativas (PAA) da UFSCar foi elaborado e votado pelo Conselho Universitário em 2006 e começou a funcionar em 2008. São reservadas vagas para os estudantes que cursaram ensino médio na escola pública, com uma proteção especial para os que se declaram pretos e pardos. Além disso, há uma vaga por ano, em cada um dos 58 cursos oferecidos, para indígenas egressos de escola pública. Quando há demanda, são protegidos também estudantes que vêm de países latino-americanos, africanos e refugiados. A meta anunciada era de, em dez anos de PAA, em 2018, ter uma universidade

com 50% dos estudantes vindos da escola pública, sendo que 35% deles negros – pois essa é a proporção na região. Essa meta foi alcançada em 2014, quatro anos antes do previsto.

Para que tenhamos ideia do que este Programa de Ações Afirmativas significa, entre 2008 e 2016 a UFSCar recebeu 267 estudantes indígenas, de 40 etnias e 11 estados. Esses jovens estudantes frequentaram quaisquer dos 58 cursos, segundo sua escolha. Participaram de um vestibular diferente, que exige conhecimento das áreas mas reconhece a experiência de educação indígena, que é bilíngue. O português, para esses brasileiros, é a segunda língua. Além disso, a cultura indígena valoriza a oralidade. Então, para esses candidatos, além das provas escritas há também uma prova oral. Essa prova é realizada na área de interesse do jovem vestibulando, com professores da universidade. Não é um processo de seleção mais fácil, é mais adequado. E em todo esse processo de seleção os indígenas ficam instalados no campus, sendo apoiados por uma equipe composta por professores, estudantes, indígenas e não indígenas. Para elaborar todas essas práticas, o Grupo Gestor consultou as lideranças indígenas, ouviu docentes de cursos de formação de





professores indígenas e de universidades que já haviam adotado alguma política de reserva de vagas desse tipo. Tudo foi feito com diálogo, abertura, respeito aos saberes, valores e vivência dos outros. A diversidade linguística, fruto dessas ações de respeito à diversidade étnica e cultural, faz da UFSCar uma das universidades brasileiras com maior número de falantes de línguas diferentes. Esse é um exemplo de como mudar as coisas, na prática. É assim que nossa Petronilha faz.

A professora é também pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) do Ministério da Educação – MEC. Nesse grande grupo, que reúne 40 universidades, espalhadas por todo o país, os participantes debatem, criam e ampliam pesquisas e ações de extensão na área dos estudos afro-brasileiros, ações afirmativas em favor das populações afrodescendentes, estudos da História Africana e Cultura Afro-Brasileira. Todas essas ações ajudam na luta pela promoção da igualdade racial, agindo na formação inicial e continuada de professores. Além disso, ajudam a cumprir a Lei Federal n. 10.639/2003 – aquela que estabelece nosso direito de conhecer a história e cultura da África, para que possamos conhecer e valorizar aquilo que somos.

Se o engajamento aqui em nosso país é enorme, nossa educadora também ocupa importante lugar nos grupos internacionais. Além da representação no Mali, integra o International Research Group on Epistemology of African Roots and Education, coordenado pela Dra. Joyce E. King, da Georgia State University, USA. Foi conselheira do World Education Research Association (WERA), representando a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN) (2009-2016).

A Profa. Petronilha é exemplo de dedicação e de trabalho em defesa de um mundo mais igualitário! Em 2015, essa grande mulher deu sua contribuição no Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR) como uma das conselheiras. Infelizmente, nesse momento (2022), não mais encontramos as ações da CNPIR referentes a 2015 na web. Ressalta-se que, em 2020, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos anulou os mandatos dos conselheiros que eram representantes das organizações do Movimento Negro, da Juventude Negra, dos quilombolas, dos trabalhadores, dos estudantes, dos pesquisadores negros e da comunidade árabe.

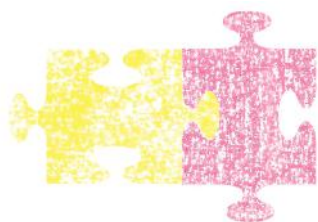
Os conselhos de políticas públicas são fóruns vinculados a órgãos do Poder Executivo. São uma conquista da luta por mais democracia, pelo direito do povo de participar da definição das prioridades da agenda política, da formulação, do acompanhamento e do controle das políticas públicas. Em outras palavras, são espaços para inserção de novos temas e atores sociais na agenda política. Existem em nível nacional, estadual e municipal e são defendidos por todos aqueles que acham que, se queremos um país mais justo, todas as vozes devem ser ouvidas.

Petronilha também foi conselheira e homenageada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) quando esse importante órgão era vinculado ao Ministério da Cultura (MinC). A FCP teve início em 22 de agosto de 1988. É a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Atualmente, a FCP está vinculada ao Ministério do Turismo, visto que o MinC foi extinto em 2019. Em 2020, ao mesmo tempo em que aconteciam manifestações antirracistas em todo o mundo, a presidência da Fundação Palmares retirou 27 pessoas da Lista de Personalidades Negras homenageadas e reconhecidas pela FCP. Petronilha foi uma dessas pessoas, homenageada e reconhecida por sua atuação na construção de um país menos desigual, por sua luta antirracista.

Logo depois desse episódio sórdido, sua trajetória em defesa da educação antirracista foi lembrada novamente: em dezembro de 2021 recebeu da Universidade Federal do ABC o título *Honoris Causa*. A homenagem foi um reconhecimento do trabalho exemplar da professora na defesa da cultura, da diversidade, das mulheres, da educação pública, gratuita, de excelência, inclusiva

e livre de discriminações. Na cerimônia, como sempre, nossa educadora mostrou seu compromisso com a vida real, denunciando os problemas que temos que enfrentar agora:

“Neste momento em que se formulam políticas que, se efetivamente efetuadas, poderão enfraquecer e até mesmo comprometer a produção acadêmica científica do país, mais do que uma honra, é um chamado a me integrar aos movimentos de resistência”.



Conhecer a história desta grande mulher, cientista, professora, militante incansável na luta contra a desigualdade é marcante. Ouvir a professora em entrevistas e ler seus textos fazem a gente pensar em quanto ainda precisamos lutar para construir equidade e igualdade. Suas ações e seus ensinamentos reverberam em nosso país e em outros países. E ela faz todo esse estardalhaço falando sempre com voz calma, sem pressa, conversando com a gente, com muita firmeza e sem nenhuma agressividade. Quem tem convicção do que diz, quem pesquisa, quem pensa, quem tem argumentos não precisa gritar nem ameaçar. A verdade de suas palavras nos toca e nos transformamos. E isso é mesmo necessário, pois mesmo diante de toda a desigualdade, ainda há pessoas que negam a realidade. Negar a existência do racismo é uma das formas de defendê-lo.

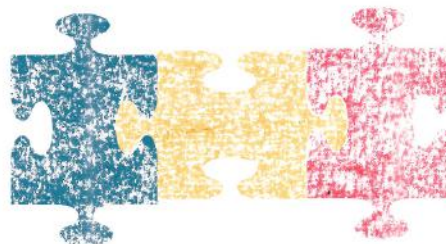
Pensadora de grande envergadura e militante comprometida, Petronilha deixa bastante claro que todos estamos envolvidos no processo de transformar ou manter essa nação racializada, onde tem gente que defende o racismo, fingindo que ele não existe mais. Se achamos natural que na escola alguns avancem e outros não, sabemos que defendemos um projeto de nação excludente. Se negamos as diferentes maneiras de compreender a vida, as relações entre as pessoas e destas com a natureza, somos defensores do modelo racializado. Se continuarmos a só valorizar as referências, as fontes e a bibliografia de outros países, somos defensores do nosso racismo estrutural, pois é inegável que somos um país pluriétnico e multirracial.

Conhecer Petronilha é se fazer perguntas: Estou a serviço de quem? De algum grupo social específico? Minha ação é aquela que visa incluir todos na sociedade? Acho que todos os talentos devem ter direito a florescer? Acho que cada um deve escolher seu destino? Ou acho que o modelo que todos devem perseguir é aquele que escolhi para mim? Qual é o projeto de sociedade que me orienta? Sou a favor de um projeto de sociedade que privilegia um único grupo social?

E o modelo de educação que ela defende, e que está representado na Lei n. 10.639/2003, é aquele em que reconhecemos nossas diferentes raízes, em que dialogamos, em que descobrimos que nenhuma visão de mundo é mais valiosa ou importante que outra. E o que ganhamos com desmontar um modelo de sociedade que está sendo construído desde 1500? O que ganhamos em mudar essas relações de poder? A resposta depende do lugar em que cada um de nós está. Se somos trabalhadores, mulheres, negros, indígenas, se somos aqueles que fazem o mundo, só temos a ganhar.

Resistência, diálogo, respeito e ação, muita ação. Essas são as lições desta professora de fala mansa e cabelos vermelhos, que não só sonhou, mas buscou e lutou por uma sociedade mais justa.

E nós, que sociedade desejamos construir?



Link para documentário



resistência, diálogo,

respeito e ação

Maria Aparecida Soares Ruas:

o mundo não teria graça sem as singularidades

Por Cyntia Henriques Rossini



É bastante comum ouvirmos falar da dificuldade que algumas crianças, e também jovens, têm para compreender e gostar da Matemática. Com regularidade nos deparamos com os desafios dos professores para transmitir o conteúdo ou presenciamos, em sala de aula, o desinteresse de alguns estudantes pela disciplina. Em algum momento da vida fomos esse estudante ou conhecemos alguém que enfrentou esse obstáculo. Quais seriam as metodologias ideais para o professor ensinar Matemática? Será que existe fórmula mágica? Qual a melhor maneira de assimilar esse conteúdo? Como fazer para descomplicar o que parece ser tão difícil? Mas será que é mesmo tão complicado?

Julgar sem conhecer é o pior caminho a tomar. Alguns estudantes apresentam dificuldades com a disciplina desde o ensino fundamental, e quando chegam ao ensino médio esse problema só aumenta. Parte dos alunos adentra o ensino médio sem

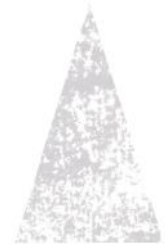
saber resolver com excelência as quatro operações numéricas básicas, e quando são apresentados novos conteúdos, tudo parece virar “um bicho de sete cabeças”. Você já se sentiu assim?

Multiplicar, dividir, somar, subtrair. Ordenar tudo a nossa volta, e assim poder simplificar problemas, parece ser uma tarefa do nosso cotidiano e não somente das aulas de Matemática. Para o pensador Aristóteles, nada está no nosso intelecto antes de passar por nossos sentidos. É possível conectar nossos pensamentos e as ideias que formulamos a partir da experiência sensível? Como assimilar o cotidiano matemático em nossa vida?

As nossas sensações e emoções se transformam em pensamentos, e esses pensamentos em ideias. A partir de anos dedicados às pesquisas e à busca e construção de teorias, os pesquisadores nos contemplam com a capacidade de colocar essas impressões em resultados práticos. O estudo das ciências exatas vem contribuindo de maneira significativa, ao longo dos séculos,

para a evolução da humanidade. Todas as experiências científicas, a imaginação e percepções de mundo desses estudiosos promovem a construção do conhecimento nas mais diferentes áreas.

Desde os primórdios e entre diferentes povos, a Matemática vem sendo utilizada como meio de organização. Na Pré-história, a Matemática estava presente no cotidiano para melhor pesar, contar e medir. Por essa razão não houve propriamente um inventor dessa ciência exata, pois ela surge a partir das necessidades impostas às pessoas. Nas construções arquitetônicas, nas relações comerciais, na cobrança de impostos e no pagamento de dívidas, a Matemática sempre esteve presente até mesmo na observação dos astros e na criação do calendário que conhecemos hoje. Como a Matemática faz parte do nosso dia a dia?



Muitos matemáticos importantes contribuíram para a construção da história dessa disciplina. E, embora seja um ambiente de estudos e pesquisas na sua maioria formado por homens, uma brilhante pesquisadora e matemática nos prestigiou com suas pesquisas e colaborou grandemente para romper esse estereótipo. Seu nome é Profa. Dra. Maria Aparecida Soares Ruas.

Com a Revolução Industrial e Científica, a Matemática passou a contribuir ainda mais no nosso cotidiano. Na invenção de máquinas, na elaboração de fórmulas para calcular custos e lucros, administrar empresas, fazer investimentos, comprar, vender, entre muitas outras coisas. Para além dos estudiosos matemáticos, essa disciplina passou a ser um instrumento de trabalho em diferentes áreas de atuação, pois por meio da Matemática podemos aprimorar o raciocínio lógico.

Quando crianças, muitos de nós tínhamos uma rotina preestabelecida por nossos pais ou responsáveis, e que na maioria das vezes consistia em fazer os deveres da escola, ajudar em alguma tarefa doméstica ou mesmo fazer algum curso extracurricular. E a nossa diversão era brincar com os amigos, jogar bola, ir ao clube... Mas para a jovem Maria, ou Cidinha, como gosta de ser chamada, a atividade mais prazerosa era

dar aulas particulares de Matemática. Aos 12 anos, a menina já contribuía para que essa disciplina fosse mais bem compreendida por alguns colegas que tinham dificuldade no aprendizado. Desde muito jovem nossa homenageada era empenhada e decidida. E, para sorte nossa, resolveu que iria se ocupar com o ofício pedagógico. Esse desejo de ser professora é confirmado pelas palavras da Profa. Cidinha na oportunidade que teve de discursar, quando recebeu o título de professora emérita da Universidade de São Paulo - USP, no Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, no dia 29/11/2019:

“Ser professora era meu sonho de infância, se tive oportunidade de exercer com plenitude a profissão que escolhi foi porque minha vida escolar e minha trajetória profissional se desenvolveram integralmente em escolas públicas de qualidade. Meus filhos já não puderam prescindir das escolas particulares no ensino médio, como garantia para ingressar nas boas universidades públicas. Não está claro na atual conjuntura brasileira se meus netos terão as mesmas oportunidades que seus pais tiveram. Que a comunidade universitária, em especial os jovens, permaneça atenta e unida, persevere, conquiste a sociedade sobre a importância da universidade pública, não permita que o futuro das gerações de jovens seja roubado. O papel da universidade pública é hoje mais importante do que nunca”.

Sábias palavras da professora! Nos fazem refletir sobre a importância de valorizar o trabalho docente e de exigir do poder público que invista em escolas públicas de educação básica, e de insistirmos na luta para que as universidades públicas sejam para todos. Para além de uma instituição de ensino, a universidade pública é onde se produz conhecimento. Por meio de projetos e ações práticas, esse espaço de debate pode contribuir para a elaboração de políticas públicas para a sociedade, que visem melhor qualidade de vida para as pessoas. Nas universidades são desenvolvidas pesquisas que podem contribuir para o avanço tecnológico e científico do país. A Profa. Cidinha dedicou toda sua carreira à educação, ao ensino e à produção do conhecimento. Vamos conhecer um pouco mais sobre essa importante cientista?

Maria Aparecida Soares Ruas nasceu na cidade de Lins, interior de São Paulo, em 1948. Licenciou-se em Matemática no ano de 1970 em Araraquara, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), onde trabalhou como professora assistente de 1971 a 1981. Na graduação conheceu o também matemático Prof. Dr. José Gaspar Ruas Filho, que viria a se tornar seu esposo. Em 1974 obteve o título

de mestra em Matemática pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da USP (ICMC-USP), sob orientação do Prof. Dr. Gilberto Francisco Loibel; sua área de pesquisa foi germes finitamente determinados. De 1975 a 1979 fez intercâmbio na Brown University, em Providence, nos EUA, onde fez especialização. Em 1983 obteve o título de doutora em Matemática, também no ICMC-USP, orientada pelo Prof. Dr. Luiz Antônio Favaro e Terence Gaffney – sua pesquisa intitulava-se: "Determinação finita e aplicações". Em 1992 obteve o título de livre-docente e, em 1996, o de professora titular na Universidade de São Paulo (USP). Aposentou-se em 2012, mas continua vinculada ao ICMC-USP como professora sênior. Sua expertise é na grande área de Ciências Exatas e da Terra, com ênfase em teoria das singularidades e teoria das catástrofes.

A pesquisadora dissertou a respeito das singularidades, sua área de pesquisa, de maneira bem didática durante a realização do projeto "Mulheres na Ciência":

“Singularidades são tudo que não é usual, tudo que é diferente. Eu gosto também de lembrar as palavras do matemático japonês Heisuke Hironaka, que é um dos maiores nomes da teoria das singularidades do século passado. Ele diz que as singularidades estão em toda parte. Quando você faz a sua assinatura, por exemplo, se não tiver um ponto de cruzamento, um ponto de retorno, você não faz sua assinatura, faz um rabisco. Todos os pontos especiais da sua assinatura são pontos singulares. Ele continua dizendo que sem singularidades você não tem novelas, nem filmes. O mundo não teria graça sem as singularidades.”

De fato, a professora admite que não é simples explicar ao público leigo o que é a teoria das singularidades, porém ela nos fornece um exemplo prático muito ilustrativo:

“Uma das aplicações dos métodos da teoria das singularidades é na recuperação de imagens naturais. Você vê uma imagem no papel, em um plano, ou na tela do computador, por exemplo, e a partir dessa imagem você precisa saber qual objeto do espaço produziu aquela imagem. Olhando nessa imagem bidimensional, há pontos especiais, pontos singulares que irão dar informações sobre como é o objeto do espaço tridimensional que produziu aquela projeção bidimensional, aqueles pontos especiais.”

Já a teoria das catástrofes foi desenvolvida pelo matemático francês René Frédéric Thon (1923-2002) e tornou-se muito popular devido aos esforços do também matemático Christopher Zeeman (1925-2016), na década de 1970. Entre os anos 1968 e 1972, René ficou conhecido por ter desenvolvido o conceito, porém seus trabalhos acadêmicos estão mais relacionados com a área de topologia, que também é tema estudado por nossa homenageada.

Para quem não conhece em profundidade o universo matemático, parece muito complicado entender temas com nomes tão curiosos. Se buscarmos o significado da palavra catástrofe no dicionário, as definições são autoexplicativas: grande desgraça, calamidade, desastre ou tragédia. A partir de uma breve pesquisa, pude compreender que essa teoria está intimamente relacionada a acontecimentos súbitos, resultando em grandes mudanças repentinas. Para exemplificar, podemos citar os deslizamentos de terra, terremotos, maremotos ou tsunamis, em que centenas de pessoas podem perder a vida. O matemático francês criou uma forma qualitativa de medir e representar uma catástrofe, que colabora para que desastres possam ser previstos com antecedência e medidas cautelares possam ser tomadas

pelas autoridades. A Profa. Cidinha esteve imersa nessas teorias, estudando com dedicação, produzindo trabalhos acadêmicos e desenvolvendo pesquisas para criação de novos conceitos relacionados aos temas.

Mas antes de entrar nos detalhes da sua brilhante carreira na academia, Cidinha falou sobre sua infância. Desde o início da sua educação formal, teve acesso a boas escolas públicas, porém lembra que o ingresso e a oportunidade eram dados a pouquíssimas crianças. Ela acredita que nas décadas de 1940 e 1950 apenas 30% das crianças tinham acesso a escolas públicas, por isso era necessário expandir o sistema educacional. Mas observa que essa expansão não ocorreu com qualidade, por falta de investimento.

A professora conta que seus pais eram funcionários públicos e que sempre a apoiaram em seus projetos. Esse apoio, ela reconhece, foi essencial no sucesso de sua trajetória. No ginásio, antiga escola de educação fundamental, Cidinha teve a oportunidade de contar com aulas ministradas por excelentes e competentes professores, que lhe deram embasamento teórico e prático nas disciplinas. O programa de Matemática era ministrado de maneira completa, proporcionando a formação

necessária para que tivesse conhecimentos gerais e específicos dos conteúdos.

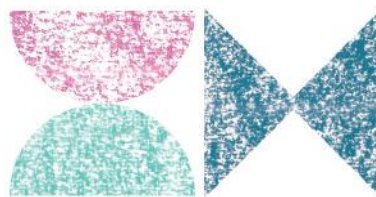
Ao contrário de hoje, diz a Profa. Dra. Cidinha, quando não há projeto de nação para construção e produção de ciência.

“Para fazer ciência em um país como o Brasil, é preciso muito jogo de cintura para passar pelas dificuldades, pois a ciência não é encarada como prioridade. Especialmente na área da Matemática, mas também nas outras ciências. Quando um professor recebe um aluno de doutorado é necessário que esse orientando tenha uma formação básica bem sólida. O papel do orientador na formação do cientista é ajudá-lo a atravessar a fronteira do conhecimento e seguir estudando até conseguir atingir resultados originais. A proposta da Matemática de maneira geral é desenvolver uma teoria e obter resultados inéditos.”

Em um relatório especial produzido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) sobre investimento e desenvolvimento de pesquisas no mundo, entre 2014-2018, verifica-se que, apesar da redução drástica nos orçamentos destinados à ciência e tecnologia no Brasil, a produção científica continuou crescendo. Isso demonstra a resiliência dos cientistas e o “jogo de cintura” citado pela nossa pesquisadora Profa. Dra. Maria Ruas. Dados

desse relatório mostram que de 2012 a 2021 a queda orçamentária para o fomento de pesquisas foi de dramáticos 84%.

Um dos piores cenários é a redução de bolsas de estudo: de pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado. A pós-graduação, que é a fonte de maior produção intelectual brasileira, inclusive da produção científica, está no limite. Para além da questão orçamentária, outro dado importante compartilhado nesse documento diz respeito à desigualdade de gênero. Em 2018, apenas 33% dos pesquisadores no mundo eram mulheres, aumento muito pequeno se comparado a 2013, quando eram 28%. Apesar de no Brasil a porcentagem de mulheres que alcançam a titulação de doutoras ser superior à dos homens, com 54%, ainda há uma desigualdade importante a ser equacionada no que diz respeito a contratações e salários equânimes.



A condição da mulher no decorrer da história vem acompanhando as desigualdades sociais e econômicas no Brasil. Tal como acontece em diversos países do mundo, a luta das mulheres brasileiras por direitos iguais não é recente, é difícil e parece estar longe de acabar.

Profa. Cidinha diz que não pode afirmar que uma mulher nunca tenha sofrido algum tipo de preconceito em sua carreira apenas por ser mulher, mas ressalta que talvez o universo acadêmico seja uma alternativa para a mulher desenvolver plenamente seu trabalho, e, talvez, nele essa desigualdade seja um pouco menor. Alguns desafios acompanharam a professora, porém muito mais em gestões administrativas do que nas gestões científicas ou acadêmicas.

“Sabemos que nós mulheres ainda sofremos preconceito e discriminação no mercado de trabalho por estarmos inseridas em uma sociedade estruturalmente machista. Ao longo da história, a mulher foi impedida de mostrar suas habilidades e competências, e essa incansável procura por espaço e inclusão vem proporcionando muitas conquistas e permitindo que a mulher ocupe os mais diferentes ambientes, rompendo com o estereótipo de sexo frágil.”

Segundo Cidinha, houve um tempo em que as mulheres eram reconhecidas apenas por seu papel de mãe e esposa, mas a cada dia que passa as mulheres vêm se tornando protagonistas da própria vida e história. “Atualmente somos grandes empresárias, juízas, médicas, pesquisadoras, professoras e cientistas, fruto das conquistas dos movimentos feministas e de nossa autonomia

na esfera pública. Podemos ocupar todos os espaços e estarmos onde quisermos! É possível conciliar a carreira e o cotidiano familiar desde que tenhamos em mente a importância de priorizar o que deve ser priorizado em cada momento específico.”

Nas reflexões propostas por Cidinha entendemos que organização e foco são preceitos fundamentais na Matemática e na vida!

Em 1985, com o fim da ditadura militar no Brasil, após o golpe que durou 21 anos, e depois em 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã e a volta da democratização do país, a mulher começa a ganhar mais protagonismo em diferentes áreas, como política, direito, educação, indústria e comércio. Essas conquistas vêm proporcionar às mulheres, aqui e no mundo todo, maior independência financeira, autonomia, autoestima e liberdade.

Sobre os desafios da profissão aliada à maternidade, Cidinha não tem dúvidas a respeito do afastamento temporário que é exigido das mulheres pesquisadoras nessa fase. E ressalta: “Durante vários meses, ela essencialmente estaciona e para com os processos científicos em andamento. Sempre é um problema como a mulher irá lidar com





aquele período e como irá recuperar aquele tempo em que ela realmente precisou se afastar. Acho que a mulher deve priorizar a maternidade e as tarefas de ser mãe nessa fase. No meu caso, tive um grande apoio do meu marido, então essas dificuldades foram sempre divididas”.

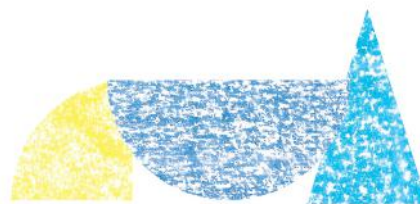
A Profa. Cidinha já era mãe de Janaina, na época com 2 anos e meio, quando embarcou para os Estados Unidos a fim de fazer seu doutoramento. Ela nos conta sobre a experiência com a maternidade durante sua formação e como isso influenciou sua carreira:

“Nem tudo é sucesso na carreira de uma cientista. Voltei dos Estados Unidos com a tese adiantada, mas sem terminar. Eu tive nos anos que se seguiram mais dois filhos: José Augusto, que nasceu em 1980, e Juliana, em 1981. Então, ao invés de concluir meu doutorado em quatro anos, como meu marido, terminei em nove anos. Porque fiz a tese de doutorado e tive mais dois filhos nesse período. Sem dúvida nenhuma há uma relação entre a vida familiar e a vida profissional, e a mulher tem que fazer as escolhas e o planejamento de modo a equacionar esses dois aspectos. Nem sempre é fácil, mas é possível”.

Nossa homenageada manteve-se firme em seu propósito, e a maternidade não a impediu de alcançar suas metas e consolidar sua carreira. Atualmente é bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), já teve diversos trabalhos publicados em periódicos nacionais e internacionais e foi autora e/ou organizadora de cinco livros. Foi vice-diretora do ICMC-USP (1998 a 2002) e vice-presidente da Comissão Permanente de Avaliação da USP (2003 a 2005). Ao longo da sua carreira vem participando de bancas de mestrado e doutorado, bem como de diversos congressos e eventos. Coordena e integra diferentes projetos de pesquisa na área de singularidades, suas teorias e aplicações, e recebeu diversos prêmios e homenagens.

A cientista nos conta como sua atuação tem se desenvolvido na universidade e fala a respeito da criação do Grupo Brasileiro de Singularidades, iniciado na década de 1960 pelo Prof. Dr. Gilberto Francisco Loibel. O grupo de pesquisa, além de ter destaque internacional, tem apresentado trabalhos muito importantes na área.

“Atuando como professora e pesquisadora no Instituto de Ciências Matemáticas em São Carlos, meu projeto foi criar uma rede de pesquisas. Para isso meus colegas e eu começamos a convidar professores visitantes, pessoas mais ou menos experientes, e a trazê-los para São Carlos, consolidando, assim, a atuação do grupo com apoio de outros centros, de dentro e de fora do Brasil. Nossos pesquisadores saindo para fazer estágio de pesquisa em centros importantes... eu considero que essa rede foi um fator fundamental para consolidar e divulgar o trabalho do grupo. Não existe outro workshop sobre singularidades que aconteça com essa periodicidade. Não há outro evento com essa tradição e importância de trinta anos acontecendo e sendo organizado a cada dois anos na área de singularidades.”



Cidinha se mantém atuante, participa e compõe o corpo administrativo de conselhos, diretorias, comissões e consultorias da Universidade de São Paulo, especialmente em São Carlos, no Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação. Ao longo de sua carreira, a professora vem ocupando importantes cargos administrativos, o que fomenta ainda mais seu engajamento como acadêmica, cientista e pesquisadora diante dos desafios impostos por questões de gênero.

“A Matemática, em especial no Brasil, se desenvolveu a partir da metade do século passado, tudo muito recente. É comum eu dizer que fui da primeira turma do curso de Matemática em Araraquara, da primeira turma do mestrado após a reforma universitária em São Carlos, fui a primeira mulher a ser chefe do Departamento de Matemática, a primeira mulher a ser vice-diretora do instituto. Por um lado, se uma mulher chega a uma posição de chefe de departamento é porque teve apoio da maioria, que é formada por homens. Algumas dificuldades na área administrativa têm a ver com as relações de poder entre homem e mulher, que algumas vezes podem ser conflituosas. Não posso dizer que foi difícil, mas em algumas ocasiões aconteceu. É sempre um aprendizado muito grande, muito instrutivo. Participar dessas instâncias nos traz aprendizados extras fundamentais.”

As mulheres têm ainda grandes desafios a serem enfrentados na busca por reconhecimento, prestígio e inserção no mercado de trabalho. Sabemos que a igualdade de gênero é fundamental para que tenhamos uma sociedade mais justa e desenvolvida, porém as desigualdades diferem no Brasil para além da questão de gênero. Revelam-se também nas diferentes etnias, diferenças econômicas, sociais e demográficas. Imposições nos padrões de beleza, assédio e machismo estrutural são alguns dos desafios que as mulheres enfrentam todos os dias. No ambiente de pesquisa matemática não seria diferente. Veja essa observação da Profa. Cidinha no dia da outorga do título de professora emérita da UFSCar:

“Apenas cerca de 10% da comunidade matemática brasileira é formada por mulheres. Mudar esse panorama é um dos nossos desafios”.

Por que as mulheres enfrentam dificuldade para ocupar espaços predominantemente masculinos? A herança patriarcal contribui para a perpetuação de discursos machistas? Os homens têm dificuldade de estar subordinados às mulheres? Como podemos ajudar a romper essas barreiras?

Na atualidade, algumas empresas, institutos, organizações sem fins lucrativos, grandes corporações e universidades vêm promovendo e incentivando a diversidade de gênero. Aceitar e compreender as diferenças, praticar o respeito mútuo e nos mantermos alertas no combate ao preconceito são atitudes fundamentais na construção de uma sociedade igualitária.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a força feminina no mercado de trabalho caiu de 53,3%, no terceiro trimestre de 2019, para 45,8%, no mesmo período de 2020. Essa é a taxa mais baixa desde 1991. Já entre os homens, a participação é mais expressiva e a queda foi menor: de 71,8% para 65,7%. Ou seja, a pandemia de covid-19 potencializou essa desigualdade entre homens e mulheres.

Um estudo elaborado entre abril e maio de 2021 pela Sempreviva Organização Feminista (SOF) aponta que 50% das mulheres brasileiras nos 2.641 casos coletados na pesquisa passaram a se responsabilizar pelo cuidado de alguém na pandemia. Entre as que cuidam de crianças, 72% afirmaram que aumentou a necessidade de monitoramento dentro do domicílio.

Para arcar com a sustentabilidade das famílias, as mulheres foram sobrecarregadas. Trabalham mais porque as atividades domésticas ainda não são distribuídas igualmente no ambiente familiar. A pesquisa mostra que os tempos de cuidado e de trabalho se sobrepuseram no cotidiano. As atividades remotas para quem conseguiu manter-se no mercado de trabalho foram intensificadas; por outro lado, as mulheres se depararam com outras obrigações durante o chamado período de isolamento social. Nas palavras da Profa. Cidinha, “fazer ciência e pesquisa no período pandêmico tem sido ainda mais difícil. Os pesquisadores estão tendo que se adaptar a um modo diferente de trabalhar”.

Em 2018 e 2019, portanto antes da pandemia, havia entre os grupos de pesquisa de que a Profa. Cidinha participa inúmeros pós-doutores de diversos países do mundo. “Hoje, nosso grupo se compõe de apenas dois brasileiros, porque não é possível disponibilizar bolsa de pós-doutorado nesse momento que estamos enfrentando.” A cientista ressalta que isso se reflete ainda mais nas mulheres, já que realizam seus trabalhos remotamente, ao mesmo tempo em que cuidam dos afazeres domésticos. O estudo apresentado pela Sempreviva Organização Feminista é a ilustração perfeita para a observação da professora.

Nesse sentido, a Profa. Cidinha espera que as instituições de fomento no país fiquem atentas às avaliações a serem feitas nos trabalhos dos pesquisadores nesses últimos anos, pois certamente essas mudanças no cotidiano das famílias influenciaram de alguma forma:

“Estamos sofrendo um apagão da ciência no país. A expectativa é que isso dure pouco e o prejuízo não seja irreparável. Em algumas áreas, como na Matemática, em que você depende menos de equipamentos e insumos e mais da comunicação, eu espero que o prejuízo possa ser reparável”.





Segundo dados do relatório emitido em 2021 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil está no grupo minoritário de países que não aumentaram o investimento em educação durante a pandemia de covid-19. Isso fez com que o impacto no aprendizado e na adaptação diante de novos desafios fosse maior. Em 2018, antes da pandemia, o gasto público total com educação no Brasil representava 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse percentual não sofreu alteração em 2020 ou 2021, ou seja, no momento crítico que a educação estava enfrentando, devido às dificuldades impostas pela pandemia, não houve empenho das autoridades para que os danos fossem minimizados.

Um país que não investe em educação dificilmente irá se consolidar de maneira próspera. Investir em pessoas nunca foi desperdício, e uma das ferramentas necessárias para o sucesso de uma nação é a educação. O cenário apresentado pela cientista nos faz refletir sobre como o Brasil vem fomentando e incentivando que meninos e meninas se interessem pela ciência, pela produção de conhecimento, e se dediquem ao trabalho de pesquisa.

Alguma vez você já pensou sobre o assunto? Já se questionou sobre possíveis talentos e aptidões que talvez nem saiba que possui?

Investir em educação também é oferecer para os jovens, especialmente os que cursam o ensino médio, condições para que vislumbrem um futuro promissor. Escolher uma profissão ou uma carreira para a vida não é tarefa simples. Muitas dúvidas aparecem, as expectativas dos pais e responsáveis podem não ser atendidas, e tudo gera angústia. Atividades paralelas ao universo acadêmico podem apresentar o mesmo nível de importância na vida desse estudante. Nas reflexões propostas pela Profa. Cidinha é muito importante pensar sobre a vocação que acompanha cada um de nós, e devemos considerar que a escolha de uma carreira deve estar aliada ao que apreciamos, gostamos de fazer e temos prazer em realizar.

Durante a participação em uma mesa-redonda organizada em 2021 pela Sociedade Brasileira de Matemática, a Profa. Dra. Maria Aparecida Soares Ruas nos contemplou com excelentes reflexões direcionadas aos jovens cientistas que pretendem iniciar uma carreira docente. Ela levanta uma importante questão:





como equilibrar docência e pesquisa? A professora afirma que não há uma receita, e mesmo que haja nem sempre é possível segui-la, contudo o planejamento é essencial. O período em que o jovem pesquisador está iniciando sua carreira é a fase em que os projetos de vida pessoal e profissional estão acontecendo simultaneamente, portanto disciplina e organização são imprescindíveis.

O que se espera das instituições, das comissões organizadoras, é que deem apoio a esse jovem, que ele tenha apoio e receba ajuda financeira, mesmo que pequena, pois isso é fundamental para a realização e o sucesso das suas atividades. Como resumiria bem a Profa. Cidinha: “Não alcançamos grandes ideais sem grandes parceiros”.

Link para documentário



o planejamento

é essencial

Maria Aparecida de Moraes Silva:

na terra, no campo, entre olhares

Por Maria Stela Martins Cunha



1944. A Segunda Guerra Mundial devastava a Europa. Os pracinhas, como eram chamados os soldados brasileiros do outro lado do oceano, alcançavam suas primeiras vitórias com a tomada das localidades de Massarosa, Camaiore e Monte Prano, na Itália.

Mas não é esse nosso cenário. O nosso cenário é no Brasil, numa pequena cidade do interior de São Paulo.

Imagine um sítio bem simples, na zona rural de Altinópolis, no estado de São Paulo, cidade com 10 mil habitantes, pertinho de Ribeirão Preto. Nele, algumas galinhas e outros animais pequenos, além das vacas, que garantiam o leite e o queijo, um fogão à lenha sempre aceso e roças com o que comer, para a família, como milho, mandioca e café. Nesse cenário, no dia 1º de junho de 1944, nascia Maria Aparecida de Moraes Silva, nossa Maria Moraes, cientista social, doutora, professora e orientadora de pesquisadores em várias universidades.

Como uma menina da roça, nascida em condições tão simples, vai parar na França, faz doutorado por lá e se torna uma das cientistas sociais mais reconhecidas do país?

Maria Moraes e os irmãos – dois homens e duas mulheres – viveram sua infância no sítio, uma vida rural nas condições simples daquele tempo (e que assim seguem até hoje), com bonecas feitas pelas próprias crianças, usando sabugos de milho, brincadeiras aprendidas com os poucos vizinhos (de outros sítios) e também inventadas por elas. Até que, ao completar 7 anos, vai para a cidade, para estudar, cursar o primário – nome dado na época aos quatro primeiros anos do hoje ensino fundamental –, já que a escola rural não oferecia os mesmos recursos da estrutura urbana. Contra a vontade da mãe, que seguia o costume da época de a mulher casar e ter filhos (alguma semelhança com os dias atuais?), o pai de Maria já tinha planejado o futuro dos filhos, acreditando que as mulheres precisavam estudar antes de casar. Os homens podiam garantir seu próprio sustento com a força física, na roça.

Por mostrar interesse pela leitura, Maria ganhou do pai, quando ainda pequena, um dicionário. Foi nele que ela descobriu novas palavras, um aprendizado que seria

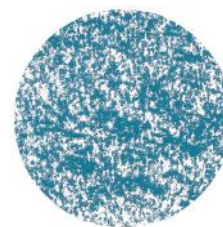
importante de diferentes formas, entre elas para se adaptar à linguagem da cidade. “Imagina uma menina da roça chegando na cidade pra estudar! O preconceito não era pelo fato de eu ser mulher, mas por ser da roça. Na época, quem estudava na cidade eram as filhas e filhos dos fazendeiros mais ricos. Nós, dos sítios, como era o caso da minha família, estudávamos em escola rural. Mas não era isso que meu pai queria pra nós. O preconceito foi enorme pelo nosso jeito de falar. A gente tinha quase um dialeto. Minha mãe nunca falou colher, ela falava *culhé*; nunca falou mulher, falava *muié*. Tive de reaprender a falar, porque falava como ela. Então não era a gramática incorreta, eram palavras pronunciadas de forma distinta”, conta Maria Moraes – era o falar caipira, linguajar próprio das populações do interior de São Paulo e também de outros estados.

Nossa cientista social conta ainda que o preconceito era muito parecido com o que encontramos hoje, em todo lugar, quando não se usam as mesmas roupas, calçados, não se ouvem as mesmas músicas, nem se curtem as mesmas coisas: “A dificuldade era muito grande por conta do preconceito, por não ter o mesmo vestido que a outra tinha, porque não tinha a fita no cabelo que na época era usada... Então fui obrigada a

usar fita no cabelo, mas essa fita não parava porque eu não tinha a minha mãe junto comigo, era a minha avó, e ela era doente. Nós colocávamos em nós mesmas”. A mãe de Maria continuou morando no sítio; ela e as duas irmãs foram para a cidade estudar acompanhadas apenas pela avó.

“Eu odiava a escola! Odiava! Só fiquei porque fui obrigada a estudar. Era um horror tudo aquilo. Se não fosse a firmeza do meu pai eu não teria passado do primeiro ano”, declara Maria.

Para manter as filhas na escola e alcançar seus objetivos, o pai de Maria dizia que quem não estudasse ia ter de “pegar na enxada”, e não tinha conversa. Seus planos deram certo, pois as três filhas terminaram os estudos e tornaram-se professoras.



Aos poucos o descontentamento com a escola e os estudos foi sendo substituído pelo entendimento de que ela podia ser muito mais do que uma menina do sítio na cidade.

“Não foi questão de inteligência o que me fez diferente. Meu pai tinha o hábito de contar muita história pra gente, e isso foi muito importante para o meu desenvolvimento intelectual, emocional; pra ter imaginação, criatividade, elementos fundamentais para você seguir carreira científica. Eu fiz isso também com meus filhos e com meus netos. Acho que a melhor coisa que a gente pode fazer com uma criança é contar histórias. Meu pai mal sabia ler, lia muito pouco, não tinha livros, mas tinha uma imaginação tão fértil que cada dia era uma história. E era tão bom que, se a gente fazia alguma malcriação pra minha mãe, no dia seguinte a punição era ele não contar história à noite”, relata ela. Maria Moraes revelou emocionada a real dimensão dos fatos: seus pais não sabiam escrever. O pai havia estudado apenas dois anos e a mãe era analfabeta.

“Não é só o intelecto. É o coração também, os sentimentos. Eu acho que uma ciência, mesmo que seja Física ou Matemática, não se faz só com o intelecto. Ela se faz também com a emoção. A Heleieth Saffioti dizia muito que ‘a emoção fecunda a razão’, uma frase que eu nunca esqueci.

Por isso acredito que esse começo de vida que eu tive foi muito importante”, afirma a coautora do livro *História das Mulheres no Brasil*. Importante lembrar que Heleieth Iara Bongiovani Saffioti foi orientadora e amiga pessoal da Profa. Maria Moraes. Heleieth estudou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP). A questão feminina foi o tema da sua tese de livre-docência em 1967, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (Unesp Araraquara), orientada pelo Prof. Florestan Fernandes. Esse trabalho foi um marco para os estudos sobre a posição da mulher na sociedade e virou o livro *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*.

Com características muito distintas das demais crianças da escola, Maria Moraes decidiu que seria a primeira aluna da sua turma. Conseguiu e, como ela mesma diz, “tomou gosto por ser a primeira aluna”, estudando muito e se esforçando para aprender e saber sempre mais.

“Os professores passam a enxergar você de outro jeito, não mais com aquele olhar discriminador, foi um momento de redescoberta, no sentido de acreditar em mim mesma. Eu tinha elementos pra isso. E tive ainda uma professora que foi muito

importante. Ela era professora do 4º ano, esposa de um fazendeiro riquíssimo da região, e me dava uma atenção especial. Acho que percebeu que eu tinha algum potencial, e era uma excelente professora. A gente percebe o potencial dos alunos. Tive essa possibilidade de me recompor naquele ambiente e me reestruturar mesmo sendo criança, e depois adolescente, numa trajetória que sabia que seria muito difícil.”

A infância e a adolescência de Maria Moraes foram extremamente marcantes, bastando olhar, mesmo que superficialmente, para sua produção como cientista social para perceber o efeito delas na sua vida acadêmica. Como especialista em Sociologia Rural, Maria Moraes valorizou e deu visibilidade a temas dos quais era íntima e que ainda não haviam sido discutidos pela Sociologia brasileira: agricultura e capitalismo, agricultura e modernização, exploração do trabalho, modernização agrícola, trabalhadores rurais e migrantes e assentamentos rurais, relações de gênero e raça/etnia. Ela explica:

“Se a pessoa já tem um capital cultural, intelectual, ela vai ter um desenvolvimento muito mais fácil em relação a quem não tem nada disso. Eu não tinha esse capital intelectual. Nenhum, nenhum. Então tive que fazer um esforço enorme para conseguir estar entre aquelas pessoas”.

Maria Moraes fez o ginásio e depois o curso clássico (correspondente ao atual ensino médio, que era dividido entre normal, para formação de professores do primário, clássico, voltado às áreas de humanas, e científico, que oferecia disciplinas de ciências exatas). Como era apaixonada por leitura, decidiu cursar a faculdade de Letras, já que o passo seguinte, de acordo ainda com os planos do pai, era ser professora, mas do ginásio e não do primário, garantindo assim melhor salário.

Foi aí que uma das amigas, que Maria acreditava ser muito inteligente, decidiu cursar Ciências Sociais. “Bom, se ela está optando pelas Ciências Sociais e ela é tão inteligente, tenho a impressão de que ela está fazendo certo, não é? Então vou optar pelas Ciências Sociais. Portanto, a opção por Ciências Sociais foi uma opção... assim... sem saber exatamente o que eram as Ciências Sociais. Foi por... por essa imitação, digamos assim, da opção dessa minha colega.”

Maria Aparecida de Moraes Silva pensou em ingressar na Universidade de São Paulo, a USP, mas, avisada de que haveria “segunda época” no vestibular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, a Unesp, mudou seus planos e iniciou a graduação na Unesp de Araraquara, em 1968, primeiros anos da ditadura militar.

Ingressar na graduação foi mais um passo. Daí em diante o caminhar dessa nossa caipira cientista não ficou mais fácil: “O pessoal da Química e da Odontologia na Unesp se referia ao nosso campus da Faculdade de Ciências e Letras como ‘das perfumarias’. Os cursos de Ciências Sociais, Pedagogia e Letras... essas eram as perfumarias. Eles eram cientistas, nós não”.

Maria Moraes destaca a importância de se lutar pelo fim dos preconceitos e discriminações, que as pessoas muitas vezes nem percebem. “Me incomodava e incomoda que os alunos se refiram aos cursos como ‘Sociais’, não usam o termo Ciências Sociais, que desapareceu com os próprios alunos usando uma denominação que mostra hierarquização, digamos. Isso tudo tem uma história. A ciência moderna surge com o capitalismo, no século 17, e ali eram a Matemática, a Filosofia, mas

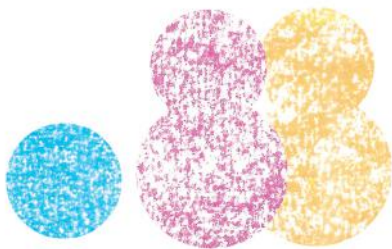




depois veio a Física, mais tarde a Química. A Sociologia surge praticamente no século 19 com o desenvolvimento acontecendo no século 20. E vamos verificar um esforço muito grande dos sociólogos, posso dizer do Émile Durkheim, considerado um dos fundadores da Sociologia, bem no início do século 20, para dar à Sociologia esse estatuto de ciência”, diz ela.

“Relações de poder frutificam por conta dessa hierarquização das ciências, tornando tudo ainda mais difícil. Para sobreviver temos que acatar o que Pierre Bourdieu nos ensina, que a Sociologia é um esporte de combate. Ou seja, você tem de estar sempre combatendo, sempre brigando para conseguir o seu espaço”, explica Maria Moraes. E acrescenta: “Quando temos ditaduras ou governos como esse [de Jair Bolsonaro], nossa profissão fica ainda mais complicada. Então eu diria que ser sociólogo é principalmente, num país como o nosso, caminhar no fio da navalha. Você sempre tem que tomar muito cuidado para não cair de um lado ou de outro, e ainda não se cortar de vez. É preciso ter essa lucidez.”

Maria Moraes sentiu muito de perto as consequências de governos ditatoriais, totalitários, já na graduação. “Foi muito difícil fazer o curso em Araraquara, com muitas perseguições não somente aos alunos como aos professores. Um professor dava uma aula



e na seguinte ele não aparecia e ficávamos sabendo que ele tinha sido perseguido... Assim que terminei o curso já comecei a dar aulas.” Nessa primeira fase, Maria Moraes lecionou, durante dez anos, “No ensino médio, no Instituto de Educação Dr. Álvaro Guião, de São Carlos, hoje Escola Estadual Doutor Álvaro Guião.

Já casada com o Prof. Elson Longo, em 1976 foi para a França acompanhar o marido, que fez doutorado, através de uma bolsa de estudos da Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no maior laboratório de química da Europa, na época. “Eu não tinha nada além dos dois filhos pequenos, o menino com 3 anos, a menina com 6. A decisão de ir para a França foi bem complicada. E lá, ao procurar uma forma de fazer pós-graduação, vejam vocês como as trajetórias se cruzam, tive um encontro com um ex-professor da Economia de Araraquara, Pedro Calil Padis, que estava exilado pela ditadura. Ele era diretor do então Institut d’Études du Développement de la Sorbonne (IEDES) – Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). Pedro se lembrou de mim, me aceitou, indicou um orientador e eu pude fazer mestrado e doutorado no IEDES, em 1980”, conta.

Não houve grandes dificuldades com o novo idioma. Na época que estudou, as escolas públicas no estado de São Paulo, as consideradas “boas”, ensinavam latim, francês, inglês, espanhol. Além disso, durante a graduação, Maria Moraes conta que lia muito em francês, porque eram poucos os livros traduzidos, a maioria em inglês e francês.

As crianças foram para a escola, pois naquela época, em Paris, o ensino obrigatório começava aos 3 anos de idade, em período integral, o que facilitou a continuidade dos estudos para Maria. Já Elson tinha horários mais rígidos, o que não o impediu de ter participação ativa na rotina dos filhos: “Ele sempre partilhou a educação dos nossos filhos e me ajudava nas atividades domésticas. Fazia as compras, guardava, fazia comida, sempre dividindo os encargos domésticos, desde quando estávamos no Brasil. Não vejo a maternidade, a maternagem, como empecilho e como carga. Como mulheres precisamos pensar em quais estratégias vamos usar quando temos filhos pequenos e trabalhamos. Não há necessidade de deixar sua profissão para cuidar dos filhos e lá na frente você precisar contratar uma psicóloga porque está mal consigo mesma ou com sua identidade prejudicada. Não vejo dicotomia

nem oposição. É claro que você tem que abrir mão de algumas vantagens. Por exemplo, ficamos quatro anos em Paris e nunca pudemos ir a um dos teatros de lá, ver um espetáculo. Era fora do nosso orçamento, e precisaríamos deixar as crianças à noite com alguém, o que também não cabia no nosso orçamento”.

Nossa doutora da Sociologia da Terra relembra as sociedades primitivas descritas em estudos antropológicos. Quando se inicia a divisão sexual do trabalho, no período de caça e coleta, a mulher grávida ou puérpera, por exemplo, não podia ir para a floresta usando arco e flecha, já que tinha as mãos ocupadas com os filhos.

“As sociedades primitivas chegaram a um acordo social sobre o trabalho, ficando com as mulheres a coleta de alimentos, o cuidado com os filhos e também com os pequenos animais. Ao longo da história isso se reverteu contra a mulher, porque os homens passaram a manejar as armas, tendo um poder maior do que elas. Poder que eles vão usar depois para dominar as mulheres. Essa desigualdade de gêneros começa com um acordo firmado pelo bom senso. Agora nós desenvolvemos estratégias para resolver essas situações. Nas sociedades camponesas, por exemplo, temos as avós, e nas comunidades dos grandes centros, durante a pandemia, vimos muito essa solidariedade entre as mulheres.”

○ período de mestrado e doutorado na França, de 1976 até 1981, foi um tempo de conhecimento e experiências com colegas de outras culturas que marcou a cientista social brasileira.

○ Brasil ainda vivia a ditadura militar e muitos brasileiros estavam no exílio. Assim,

Maria Moraes foi aluna, na França, de Fernando Henrique Cardoso (aposentado compulsoriamente pela USP por conta da perseguição da ditadura), Celso Furtado, que foi exilado, e Bresser Pereira, também exilado. “Além do corpo docente altamente qualificado do instituto em que fiz mestrado e doutorado, tive colegas estudantes, na grande maioria, de outros países. Tive a oportunidade de conhecer colegas da América Latina, onde as ditaduras haviam se espalhado, muitos africanos e também vietnamitas, que viviam o final da guerra do Vietnã. Muitos desses colegas eram lideranças de movimentos sociais, exilados por diferentes motivos. Ali foi um momento muito rico, conhecendo a teoria que era passada e convivendo com alunos portadores de histórias e trajetórias únicas. Lembro também de situações tenebrosas. Em uma das disciplinas sentava-se ao meu lado o chamado Pol Pot, cambojano que quando voltou ao seu país tornou-se ditador. Um laboratório para todos nós”, relembra Maria Moraes. “E esse meu aprendizado possibilitou que desse sequência à minha trajetória aqui.”

Ao voltar para o Brasil, no início dos anos 80, a Dra. Maria Moraes retorna à Unesp Araraquara como professora, por indicação de sua ex-professora Heleieth Saffioti. Na

universidade estadual permaneceu até sua aposentadoria, mais adiante, em 1997.

Maria Moraes tornou-se coordenadora do curso de mestrado em 1993 da Unesp Araraquara. Na época, a qualificação do mestrado estava muito baixa na Capes e o curso tinha dificuldades estruturais internas. A doutora pela Universidade de Paris assume num momento muito difícil: “Havia na Unesp uma tendência para que o curso fosse extinto, para vocês imaginarem como estava. Passei a trabalhar desesperadamente para fazer uma mudança radical no curso, reestruturando o mestrado, e acabei tendo a oportunidade de implantar o doutorado”, conta Maria sobre a ação, considerada ousada.

Esse objetivo foi alcançado com muito trabalho, muita dedicação. Durante dois anos à frente do mestrado, Maria Moraes viu o tempo acelerar, pois continuava dando aulas, muitas vezes noturnas, o que exigia longas horas longe de casa. Ela conta que saía às sete da manhã e voltava muitas vezes à meia-noite para São Carlos, onde continuava morando.

Após o mestrado passar pela avaliação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Unesp, vieram os professores da Capes para avaliar o curso, sabatinando os alunos, ex-alunos

que já estavam atuando no Mato Grosso, no Maranhão, como lembra a coordenadora na época: “Quando o avaliador da Capes saiu da reunião, à qual eu não estive presente, era uma reunião só com os alunos, disse: ‘incrível, incrível, não há como não aprovar esse curso’, e eu fiquei muito feliz”.

Ao falar sobre dificuldades na trajetória profissional, a doutora em Sociologia Rural se refere a essa época de conquistas na Unesp Araraquara, só que para contar do processo que teve que responder: “Em toda universidade, você tem muitas relações de

poder. Saber é poder! Bacon já dizia isso no século 17. Nas universidades existem muitos conflitos por conta do poder. E em Araraquara sofri um tombo muito grande em virtude de uma armadilha que o Departamento de Ciências Sociais da época preparou para mim e para quatro alunos, todos lideranças discentes. Uma armadilha política, e isso foi muito doloroso. Eu tive apoio dos alunos do Departamento de Ciências Sociais e de outros cursos, como o de Letras, Pedagogia, de toda a faculdade e dos professores dos outros departamentos. Fui processada por três professores do departamento do qual eu fazia parte. Foi tão pesado para eu responder a esse processo que assim que terminei minha livre-docência me aposentei. Tinha 53 anos e sentia que ainda tinha muita coisa por fazer. E faço até hoje”.

Em 1999, Maria Aparecida Moraes Silva lança o livro *Errantes do Fim do Século*, um marco da Sociologia e da história do estudo e do reconhecimento das condições de trabalho a que eram e ainda são submetidos os trabalhadores do campo do interior do Brasil. A autora descreve as condições sociais que deram nome aos boias-frias, no início da década de 1960, e seu desaparecimento neste fim de século, por conta da mecanização que suprime o trabalho de milhares de brasileiros.

“O rural está dentro de mim. Quando comecei a fazer pesquisa tinha que fazer algo ligado ao mundo rural. Quando estava indo para a França, a Profa. Heleieth me disse, lá na chácara onde ela morava, que um tema interessante para eu pesquisar seria a ideologia dos militares. Mas isso era a última coisa que eu queria, ainda mais naquele momento. O tema de pesquisa de quem segue a carreira científica já está um pouco dentro da gente. Por uma razão ou outra já está ali. Fiz isso no mestrado, no doutorado. Quando cheguei aqui fiz várias pesquisas e era um momento de muita efervescência dos chamados boias-frias aqui na região. A cidade de Guariba (SP), naquela greve, que começou em maio de 1968 e teve expansão até setembro, em vários lugares no Brasil, fez com que eu me aproximasse muito daquela realidade, dos trabalhadores e trabalhadoras, junto com os alunos. Algo que me chamou muito a atenção é que havia vários trabalhadores migrantes do Vale do Jequitinhonha, de outros estados do Nordeste, e por isso começamos a visitar barracões, as moradias, e a entender esse mundo que não é visível no agronegócio. Fui tirando a sujeira debaixo do tapete e quanto mais varria mais sujeira aparecia. Num domingo em que fui visitar minha família, um cunhado meu me

levou a um barracão numa fazenda que ficava numa cidade próxima a Altinópolis. A fazenda era de um homem que também tinha um haras, com cavalos premiados até no exterior. Depois de passar no haras (e ver como os cavalos eram criados), fui para o barracão. Sessenta e duas pessoas, famílias, homens, mulheres e crianças em situações as mais precárias possíveis. Todos camponeses do Vale do Jequitinhonha (MG). Passei o domingo todo conversando com eles. Em frases curtas diziam: ‘aqui não é o lugar da gente’, ‘aqui não é a terra da gente’. Muita tristeza, muita gente chorando. Nesse dia vivi o momento mais importante da minha carreira científica. Senti necessidade de ir ao local de origem deles, porque essas frases ficaram na minha cabeça. O que significava ‘terra da gente, lugar da gente’?”



A Profa. Dra. Maria Aparecida Moraes Silva preparou durante um ano o projeto de pesquisa, que recebeu apoio da Fundunesp – Fundação para o Desenvolvimento da Unesp, e foi até a terra, a casa desses boias-frias.

O Vale do Jequitinhonha é formado por 80 municípios espalhados por uma área de 85 mil quilômetros quadrados, o que equivale a 14% do estado de Minas Gerais. Montes Claros, a cidade mais próxima do local para onde a professora e seus alunos foram, está a cerca de mil quilômetros de Araraquara, sede do grupo de pesquisa. O deslocamento até lá foi feito em parte por via aérea, até Belo Horizonte, depois transporte rodoviário até Montes Claros e o restante de táxi. Estamos falando de transporte em 1988! A pesquisa exigiu a presença de Maria Moraes no local durante trinta dias. “Nunca vi tanto sofrimento na minha vida! Acho que nunca vi. Primeiro a fome, as pessoas famélicas. Às vezes eu chegava na casa das pessoas e o fogão a lenha estava totalmente apagado. Isso é inconcebível, pelo menos no meio rural em que vivi e conheci. Sempre tem alguma comida sendo preparada. E ali não havia vestígio de comida. Foi a primeira vez que eu vi lepra, que hoje chamamos de hanseníase. Eu não podia imaginar que algum dia ia estar frente a frente com uma

pessoa com lepra”, diz, emocionada, Maria Moraes.

Era maio e ela foi acompanhar uma procissão. Toda a região do Vale do Jequitinhonha é repleta de tradições religiosas mantidas até hoje, atraindo inclusive turistas, por conta da preservação de danças, rezas e rituais que têm origem nos portugueses, pretos e índios que iniciaram a ocupação local.

Foi nessa procissão que Maria Moraes viu pessoas com buracos em várias partes do corpo e achou que pudesse ser câncer de pele. Procurou o médico do posto de saúde de uma das cidades e ele informou que era hanseníase. Mostrou um fichário com mais de quinze pessoas com lepra em uma única cidade, sem contar os inúmeros casos de doença de chagas e esquistossomose, endêmica na região, motivo pelo qual os pesquisadores não tomavam nenhuma dessas localidades.



Ainda emocionada, a mestre e doutora em Ciências Sociais conta como foi sair do Vale do Jequitinhonha depois de um mês inteiro mergulhada naquele mundo que já não era mais tão desconhecido: “Foi tão impactante, tão impactante essa pesquisa que quando eu saí de lá devo ter chorado pelo menos umas duas ou três horas. Não conseguia parar de chorar. E fiquei me perguntando: o que faço? Vou publicar artigos, livros como o *Errantes do Fim do Século*, vou conseguir melhorar minha carreira. Fiz isso. Fiz minha livre-docência, fiz um audiovisual chamado *As andorinhas nem lá nem cá*, que teve uma repercussão muito grande, mas sentia que não podia ficar nisso. Ali brotou uma semente que frutificou no restante da minha trajetória, que foi o compromisso político com esses trabalhadores e trabalhadoras”.

O grupo de pesquisa voltou à região de Altinópolis e também a Guariba e entrevistou os trabalhadores e trabalhadoras que sofriam no corte da cana-de-açúcar, para assim conhecer os dois mundos e como as pessoas iam e vinham desses lugares tão desiguais.

Maria Moraes é pesquisadora nível 1A do CNPq; integra o grupo do CLACSO – Trabajo agrario, desigualdades y ruralidades, período 2019-2022, composto por pesquisadores de



Uruguai, Argentina, Brasil, México, Equador, Bolívia, Paraguai, Cuba, Peru e Espanha; é líder de grupo do CNPq Terra, trabalho, memória, migrações; faz parte do grupo de pesquisa Cetas (Unesp/PP); é membro do GT4 Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal sobre cana-de-açúcar; é docente permanente e professora livre-docente visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar; é professora colaboradora no curso de especialização Sociología de la Agricultura Latino-Americana da UNCo, na Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da Argentina.

Tudo isso a orgulha, claro, mas o que ela destacou enfaticamente é outro resultado daqueles trinta dias no Vale do Jequitinhonha: “Passei a fazer parte da Pastoral do Migrante de Guariba, muito comprometida com os direitos sociais; passei a integrar grupos de promotores públicos da região, principalmente da PRT-15 (Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região – Ministério do Trabalho/Campinas), que são promotores que agiram e agem em defesa dos trabalhadores; e assim por diante. Tive ali uma grande mudança, ao deixar de atuar apenas no mundo acadêmico, assumindo o compromisso político de fazer parte do que eu chamo de ‘comunidade destino’, algo

de que nunca mais abri mão. O destino deles também é o meu! Eu sei que minha contribuição é pequena, mas ela não deixa de ter a sua importância”.

Quatro décadas dedicadas aos estudos sociológicos voltados para a pesquisa, ensino e interlocução com a sociedade, como Maria Moraes gosta de dizer. Não diminuiu o ritmo de trabalho com a aposentadoria, mantendo ativas e contínuas suas reflexões em torno da Sociologia crítica, preocupada com o campo da Sociologia Rural. Os debates e diálogos acadêmicos com colegas e estudantes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar e os projetos de pesquisa em desenvolvimento, que versam sobre mercado de trabalho e trajetórias femininas na agricultura canavieira paulista, sobre trabalho feminino no contexto da nova morfologia do trabalho rural paulista, por exemplo, a mantêm em contato com sua base cientista, e sua criatividade científica a faz parte da vida, do cotidiano dos camponeses brasileiros até hoje.

“Quando analiso os processos jurídicos, as ações na Justiça, que os muitos trabalhadores movem contra as usinas que nós temos na região, vejo em boa parte deles meus trabalhos citados. Os promotores usam as informações das minhas pesquisas para embasar suas ações e suas decisões. Sei que minha contribuição é pequena, o objetivo era mudar a situação dos boias-frias, era essa transformação que eu acho o ideal para acontecer. Porém sei que tudo isso é uma caminhada e é preciso ter paciência. Os movimentos sociais, a luta pelos direitos e pela justiça existem, mas sabemos que esses objetivos não são alcançados rapidamente.”

Desde 2020, a menina que cresceu no sítio em Altinópolis se dedica à construção de um repositório digital com a memória de trabalhadores rurais que migraram do Vale do Jequitinhonha e de outras regiões do país para as lavouras de São Paulo e com as entrevistas realizadas ao longo das quatro décadas de trabalho com sítiantes e assentados rurais, incluindo acervo de fotografias.

“A ciência brasileira nos seus diferentes ramos, diferentes campos, tem um legado muito importante. Na área da saúde, quando estamos falando tanto de vírus, vamos lembrar da atuação brasileira no momento

da Aids, com desenvolvimento de protocolos e medidas protetivas que foram seguidos em vários lugares do mundo e cujo resultado é um número reduzido de portadores do HIV; no campo das humanidades, penso no caso da Sociologia, e afunilo para a Sociologia Rural brasileira, que é extremamente respeitada, aceita, sobretudo pelos países da América Latina, e digo isso com grande segurança, porque frequento vários eventos internacionais onde percebemos a importância do que fazemos aqui.”

Ela cita ainda as pesquisas da Embrapa, da Física, da Química. E continua, com pesar: “Hoje assistimos a um processo de desmonte de tudo isso. Desde que eu era criança, nos anos 50, meu pai quando encontrava uma cobra imediatamente a capturava sem matar e levava pra cidade, para que fosse encaminhada para o Butantan. Não havia TV, jornal, esses camponeses eram rústicos, mas quando chegava um médico sanitário e pedia para que as cobras fossem enviadas ao Butantan, as pessoas acolhiam, entendiam a importância daquilo. O Brasil foi o país que venceu a febre amarela, a meningite, o sarampo graças a esse conhecimento científico. Mas hoje os médicos pedem pelo amor de Deus que as pessoas se vacinem e a gente vê a reação contrária!”.





A tal criatividade Maria usa na teoria e na metodologia, quando vai para além dos formatos convencionais de pesquisa – como entrevistas, questionários, diários de campo, dados quantitativos – e usa o artesanato, desenhos dos filhos dos migrantes como recursos científicos, registrando o resultado do seu trabalho em documentários e exposições fotográficas, por exemplo, saindo dos artigos e livros com vocabulário científico.

Maria Moraes participou do livro organizado por Mary del Priore que ganhou o Prêmio Jabuti – *História das Mulheres no Brasil*. Em 2005 foi laureada com o Prêmio Érico Vannucci Mendes, concedido pelo CNPq. Teses sob a sua orientação foram premiadas em concursos nacionais promovidos pela Sober (2013) e pela Rede de Estudos Rurais (2016).

“Nada acontece por acaso, devo muito aos professores que tive na minha caminhada”, conclui Maria Moraes.

Link para documentário



nada acontece

por acaso

Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams:

construir laços sociais e superar a violência

Por Cyntia Henriques Rossini



Quando recebi a importante e desafiadora tarefa de escrever sobre essa mulher admirável e extraordinária, além de honrada me senti esperançosa. Esse sentimento relaciona-se com o cuidado objetivo das organizadoras deste projeto, que visa homenagear e jogar luz sobre a vida e memória de mulheres notáveis que deixam um legado de valor imensurável para a humanidade. Uma dessas mulheres, a quem me coube a missão de apresentar, é a Profa. Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams.

Como contar a história dessa mulher, como reportar às pessoas, com minhas palavras, se é tão difícil encontrar palavras capazes de relatar brevemente e em poucas páginas uma história tão rica e repleta de realizações e sucesso? Como contar a história dessa mulher que por anos lutou e ainda luta contra a violência? A partir dos resultados das pesquisas realizadas pela Dra. Lúcia podemos vislumbrar políticas públicas

imprescindíveis à redução do impacto dos diferentes tipos de violência. Parece difícil relacionar estudos sobre a violência que vem assolando as diferentes esferas da sociedade no mundo todo, tema denso e traumatizante, com essa mulher tão doce e sensível, porém a tarefa flui quando mergulhamos na história da pesquisadora e reconhecemos sua personalidade resiliente, forte e determinada. De que maneira abordar sua história e contribuir para a preservação da memória dessa personagem?

Olhar para o trabalho e carreira de Lúcia é olhar para dentro de si mesma. Muitas lições e aprendizados nos são agregados a partir de sua história de vida. Quantas vezes nos deparamos com a violência no nosso cotidiano? Seja nos noticiários dos jornais e da TV, seja por relato de amigo ou parente, seja na rua, no trabalho ou quando esse tema nos atravessa agressivamente apenas por existir?

Traçar uma meta para que objetivos específicos sejam alcançados, como vem fazendo Lúcia durante sua carreira, nos inspira e nos motiva. Os trabalhos acadêmicos, sua dedicação à educação e as produções científicas da pesquisadora nos permitem, no contraponto, refletir sobre a percepção que a sociedade tem, de maneira geral, da mulher.

Ainda no século 21, muitas vezes a mulher é definida como aquela que é responsável exclusivamente pela organização do lar e educação dos filhos, encarregada do bom andamento da casa e da rotina da família. Poderíamos citar muitos avanços nas conquistas das mulheres em sua trajetória social, histórica e política, porém nada melhor do que contar histórias reais de mulheres reais – como a da Dra. Lúcia –, que ultrapassam os muros do lar para a produção de conhecimento científico também real.

Mais importante do que definir ou perceber onde a mulher atua hoje e quais espaços vem ocupando é entender o processo de quebra de paradigmas em decorrência das modificações sociais. A mulher pode ser dona de casa, mãe, protagonista nos cuidados com a família, mas pode aliar a isso uma carreira e uma profissão, se essa for a sua vontade. A mulher pode ser o que quiser e estar onde quiser. Lúcia nos ensina isso desde sempre, a partir de suas escolhas, tomadas de decisões e posturas em relação à maneira como conciliou carreira e família.

O que te move? Qual teu foco e planejamento de vida? Quais são teus sonhos e objetivos?





Em um primeiro momento, por exemplo, parece brutal abordarmos esses assuntos com estudantes de ensino médio cheios de dúvidas, sonhos e anseios. Jovens que algumas vezes não têm muitas oportunidades de externalizar preocupações, crises existenciais e conflitos internos. Outras vezes não têm oportunidade de acesso a cultura, tecnologia e insumos básicos para a própria formação. Contudo, quando olhamos para dentro de nós, percebemos que carreira, trabalho, educação, vida familiar, amores e amizades se interligam e se completam de alguma maneira.

Lúcia encara a violência intrafamiliar e escolar como uma das principais questões sociais presentes no Brasil e no mundo, e não adianta tentar “colocar debaixo do tapete”. A breve leitura de alguns apontamentos sobre essa cientista pode ser inspiradora para jovens sentirem-se motivadas a olhar para a produção científica como um sonho possível de ser alcançado. Nessa conversa quero compartilhar a história, desde o início, dessa mulher incrível.

Lúcia nasceu em São Carlos, cidade do interior de São Paulo, em 28 de setembro de 1950. Cresceu em uma família que incentivava a busca por cultura e educação.

Sua avó paterna, uma mulher à frente do seu tempo, era pintora acadêmica e estudou na Escola de Belas Artes. Foi uma avó amorosa e afetuosa que, com sua sabedoria e notável presença, pôde ensinar muito a ela. A mãe de Lúcia, que era pedagoga e conhecia muito sobre Psicologia, sempre fez questão de conciliar a carreira e o papel de mãe – e de seu matrimônio nasceram cinco filhas. Mesmo com os desafios impostos pela maternidade, ela manteve-se trabalhando. História que se repetiu na trajetória da filha: durante seu doutoramento Lúcia teve dois filhos.

O pai dizia a Lúcia e suas irmãs que deviam ter em mente a importância do estudo de idiomas e procurar aperfeiçoamento educacional em outros países, com objetivo de abrir leques de possibilidades profissionais no Brasil. Esse retrato de uma família unida que buscava promover a educação e não media esforços para que esse propósito fosse alcançado nos enche de esperança de que novas histórias como esta possam ser contadas no futuro, de jovens que recebem o apoio familiar para estudar e crescer profissionalmente, buscando atingir sonhos e objetivos que, muitas vezes, terminam engavetados por falta de incentivo e oportunidades.

Sabemos do abismo econômico e social que existe em nosso país, e que afeta milhares de famílias com crianças e jovens em idade escolar. Pesquisa publicada em 2021 mostra que de cada dez jovens entre 15 e 17 anos nos domicílios mais pobres sete estavam no ensino médio em 2020, sendo que nos lares mais ricos eram nove em cada dez. Isso demonstra a desvantagem e defasagem escolar entre famílias de alta e baixa renda, por abandono ou evasão. O caso se agrava ainda mais dependendo da região do Brasil. Enquanto no Sudeste brasileiro 87% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam matriculados no ensino médio, no Amapá esse número cai para 49,1%.

Os estudos propostos pela cientista também nos ajudam a refletir sobre quais lares são mais afetados pela violência intrafamiliar. Nos fazem pensar sobre quais jovens têm mais liberdade para dedicar-se apenas aos estudos, sem precisar trabalhar no contraturno para ajudar a família. Debruçando sobre suas pesquisas, passamos a nos questionar sobre os altos cargos preenchidos nas grandes empresas, na área jurídica, e por que não dizer na esfera política, pouquíssimos ocupados por jovens advindos de escola pública. Reflitamos também acerca do número de mulheres ocupando os espaços de poder e cargos de alto escalão.

Independentemente dos abismos econômicos e sociais que cercam nossos jovens estudantes em todo o Brasil, não devemos perder a esperança! Por isso pergunto novamente: o que te move? Razão e emoção caminham juntas na tua vida? Como viver em um país tão desigual sem abandonar a capacidade de sonhar?

A capacidade de superar desafios, de seguir em frente diante das adversidades e de olhar para o futuro com os olhos de esperança nos renova a cada dia e nos mantém confiantes no sucesso.

Falhas, erros e quedas sempre existirão na vida das pessoas, mas como nos ensina Dra. Lúcia: “Eu acredito na evolução, e um dia nós teremos crianças que não sofrerão violência e serão indivíduos mais felizes e mais produtivos”. Um mundo pacífico e menos desigual é o cenário perfeito para o progresso da humanidade.

Vamos saber um pouco mais sobre a trajetória dessa brilhante pesquisadora?

Assim como acontece com muitos jovens, a jovem Lúcia também teve dúvidas sobre qual profissão e carreira seguir, porque gostava de muitas coisas, especialmente de ler. Quando estudante, não teve contato com literatura de Psicologia, especificamente, mas

se recorda de ter lido uma vez em algum livro: *quem ler Freud entenderá tudo sobre a alma humana* – e achou essa afirmação fantástica!

Lúcia pensava em representar o Brasil no exterior e, portanto, queria ser diplomata. Naquela época, o primeiro passo para alcançar esse objetivo era cursar Direito. Após um tempo percebeu que aquele lugar não era para ela. Nos anos 70, os cursos de Direito eram ambientes ocupados em sua maioria por homens, e as poucas mulheres presentes não se dedicavam efetivamente à profissão. As moças “casadoiras” estavam mais engajadas e comprometidas em conseguir conquistar um “bom partido” do que em seguir carreira diplomática. Decidiu, então, prestar Psicologia na PUC-SP, desacreditando que iria conseguir passar no vestibular. Para sua surpresa, e sorte nossa, conseguiu!

Lúcia graduou-se e licenciou-se em Psicologia no ano de 1972, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nesse período o Brasil vivia o auge da ditadura militar, sob o comando do general Garrastazu Médici, e acompanhava o chamado “milagre econômico”. Nessa fase o país passou por um grande crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), contudo, por trás da prosperidade

havia aumento da concentração de renda, corrupção e exploração de mão de obra. Ao mesmo tempo, o Brasil vivia um regime autoritário iniciado pelo golpe militar de 31 de março de 1964 e era arrasado pelas perseguições políticas, pela censura à imprensa, prisões, tortura, desaparecimentos e morte de pessoas que lutavam por liberdade de expressão e de direitos.

Em meio a todo esse cenário brasileiro caótico, Lúcia teve a oportunidade de estudar fora do país. No ano de 1976, obteve seu título de mestra pela Universidade de Manitoba, no Canadá, orientada pelo Dr. Garry L. Martin. Para cursar seu mestrado, precisara vender o carro e financiar parte dos estudos. Enquanto estudava, trabalhava como professora. Lúcia nos conta que conseguir uma bolsa de estudos não era tarefa fácil. Trabalhou em três diferentes empregos de pesquisa ao longo do seu mestrado e, juntando essas remunerações, conseguiu terminar suas pesquisas.

De volta ao Brasil, concluiu seu doutorado em Psicologia Experimental em 1983, na Universidade de São Paulo (USP-SP), sob orientação da Dra. Maria Amelia Matos. E obteve o pós-doutorado pela Universidade de Toronto, no Canadá, em 1990. No período

de seu doutoramento, pesquisou na grande área das ciências humanas o favorecimento e desenvolvimento de crianças excepcionais em fase pré-escolar.

E quando o tema de pesquisa relacionado à violência e seus desdobramentos atravessou a vida e o interesse da pesquisadora? Razão e emoção caminharam juntas na sua trajetória?

Frequentemente, os problemas vivenciados por alunos e seus pais em casa são levados para dentro da escola e chegam ao professor. Desemprego, baixa renda, desigualdade social, despreparo na educação dos filhos, dependência química e alcoolismo, negligência nos cuidados básicos com saúde e higiene dentre tantos outros fatores acabam por propagar no âmbito escolar certos comportamentos de agressividade e violência, gerando sérias barreiras na boa convivência entre todos. E o que fazer quando a violência acontece nas escolas? Como o professor avalia seus alunos? Qual o papel da escola na vida da comunidade? Como o aluno encara o ambiente escolar? Essas são questões primordiais e que precisam de respostas assertivas.



Em um vídeo elaborado durante a tese de doutorado da aluna Ana Carina Steiko-Pereira, orientada pela Dra. Lúcia, foram abordadas situações-problema relacionadas à violência entre alunos e entre alunos e professores. Foram debatidas questões como drogas nas escolas, desrespeito, bullying, direitos humanos, a importância da participação da comunidade escolar na rotina da escola. Durante a execução desse trabalho, Dra. Lúcia nos forneceu algumas orientações preciosas:

“A escola tem papel primordial da socialização das crianças e dos adolescentes. É preciso cuidar para que as relações nas escolas sejam afetuosas, justas, serenas e constantes. Necessário pensar que o aluno pode precisar de um suporte emocional por parte de professores. O aluno pode estar experienciando situações de violência em casa, seja do pai contra a mãe, ou situações diretas onde ele é o alvo, violência física, sexual, psicológica ou negligência. Quando isso acontece, a escola deve cumprir a lei. O que seria isso? Fazer uma comunicação do fato ou da suspeita ao Conselho Tutelar e colocar o aluno em proteção”.

E completa alertando sobre a importância do professor na análise primária dos fatos que levam um aluno a cometer violência na escola. Conhecer mais sobre a vida pessoal

desse estudante e sua rotina é uma atitude fundamental. Não considerar a família como “culpada” e, sim, agir como aliado. A escola precisa criar mecanismos para lidar com as diversidades culturais e sociais presentes: “Importante lembrar também que em momentos diferentes da vida o aluno precisa de um suporte emocional. Ele pode estar experienciando situações traumáticas, passando pelo divórcio dos pais ou uma situação de luto porque perdeu alguém da família. Importante que o professor converse sobre temas não acadêmicos, explore com alunos situações de filmes, novelas, literatura, contos... Sempre com uma visão não moralista da realidade. Cabe lembrar também que aquele aluno que é muito quieto e aparentemente não tem problema muitas vezes é um aluno que precisa de muita ajuda e de um olhar especial. Por outro lado, aquele aluno que é muito agressivo, geralmente ele está vivendo uma situação de vulnerabilidade em casa”.

Dra. Lúcia fala sobre a importância do cuidado com os adolescentes e crianças que sofrem algum tipo de violência. Os jovens entrevistadores questionaram sobre a temática do bullying e por que algumas pessoas tendiam a cometer violência ao longo da vida. Falaram sobre o despreparo

do corpo docente para lidar com a violência e a importância da educação na abordagem dessa pauta dentro das escolas. A Profa. Dra. Lúcia relatou sobre o perigo das agressões cometidas pelos pais contra os filhos e que acabam por se refletir no comportamento agressivo desses estudantes no espaço escolar.

Entre outros aconselhamentos, orientou sobre a necessidade de técnicas pacíficas para lidar com conflitos na escola. E dissertou sobre a importância da interdisciplinaridade para tratar desse tema. A ciência pode colaborar no enfrentamento do combate à violência, e são muitas as áreas que atuam em conjunto com a Psicologia para minimizar esses traumas e danos. Dra. Lúcia conta sobre a violência perpetrada por professores contra os alunos, que existiu no passado, como o uso de palmatórias e outros tipos de agressão que hoje são sumariamente proibidos.

As pesquisas realizadas pela cientista mostram a necessidade de a sociedade, em sua totalidade, envolver-se na difícil missão de compreender a violência nas escolas. A professora alerta para a importância da discussão do papel do professor, da gestão escolar, dos pais, e sobre como a intervenção da comunidade pode colaborar para resolver essas questões. Os pais precisam ser alertados sobre os reflexos da violência em casa, os professores precisam estar preparados para lidar com agressividades cometidas por alguns alunos e a sociedade precisa manter-se engajada e comprometida, como um verdadeiro tripé no combate à violência. Meninos e meninas precisam ser orientados na escola e educados em casa sobre as questões históricas e sociais que permeiam o tema violência.

Profa. Lúcia conta a respeito de um dos motivos que a levaram a pesquisar e produzir conteúdos importantes nessa área: a perda traumática de uma irmã, vítima de assassinato, no ano de 1985, onde o autor foi seu ex-companheiro e pai de seus filhos. Por muito tempo a pesquisadora refletiu sobre o caso que assolou sua família, distanciando-se do tema violência e pesquisando sobre outras pautas. Mas acredita que esse triste acontecimento possa ter contribuído para seu interesse em pesquisar o tema. Além disso, Dra. Lúcia trouxe ao Brasil toda sua





experiência adquirida no Canadá. Ela teve a oportunidade de atuar no Sistema Educacional de Toronto, na “Equipe da Cidade”, que monitorava eventos trágicos. A pesquisadora prestava atendimento às famílias cada vez que acontecia algum tipo de violência.

De volta ao Brasil com seus três filhos, foi convidada a trabalhar como professora visitante na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde seus colegas haviam criado o curso de Psicologia. Ficou responsável por organizar um sistema de estágio em que pretendia capacitar os alunos para intervenções na comunidade. Foi assim que a pesquisadora passou a atuar na Delegacia da Mulher de São Carlos – naquela época não havia nenhuma assistência especial para a mulher que sofria algum tipo de violência na cidade. Desde o início, o trabalho era voltado à prevenção, para todas as faixas etárias e gêneros. Segundo a Profa. Dra. Lúcia, a violência urbana começa dentro de casa. Agressões contra a mulher ocorrem em todos os locais, e percebe-se que alguns comportamentos violentos nas crianças são reflexo comportamental, devido a elas presenciarem a violência no ambiente doméstico.

Percebemos que a violência intrafamiliar está presente na história há muito tempo. Esses fatos atingem não somente a vítima, mas toda a família. Dra. Lúcia, bem como milhares de famílias brasileiras, foi pessoalmente afetada por esse trauma e passou a fazer parte das tristes estatísticas.

Levantamento encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública indica que a violência dentro de casa aumentou durante a pandemia de covid-19 no Brasil. Cerca de 17 milhões de mulheres acima de 16 anos sofreram algum tipo de violência, seja física, sexual ou psicológica, cometida por alguém de seu convívio familiar ou pessoal. A pesquisa mostra ainda que as vítimas de violência foram as que mais perderam renda e emprego no auge do período pandêmico. Dessas mulheres que sofreram algum tipo de agressão, pretas e pardas compõem, respectivamente, 28,3% e 24,6% do total, enquanto 23,5% são de mulheres brancas.

Em outro tipo de violência, a pesquisa aponta que mesmo com o isolamento social o número de queixas de assédio sexual não diminuiu: 37,9% das mulheres sofreram algum tipo de assédio ou importunação sexual nas ruas, transportes públicos e outros locais. Mas é em casa que a violência é maior. Em 2021, 48,8% de diferentes tipos de agressões ocorreram na própria casa (contra 42% da pesquisa anterior), e com isso foi menor o número de agressões na rua: de 29% para 19%. Também cresceu a participação de companheiros, ex-companheiros, namorados nas agressões.

No ano de 2013, Dra. Lúcia pôde colaborar mais uma vez com a sociedade, desenvolvendo um projeto de pesquisa que consistiu em uma parceria do Laprev (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência/UFSCar) com uma instituição americana de pesquisa denominada Westat, sediada em Washington, que tinha basicamente dois objetivos: 1) realizar um estudo epidemiológico piloto sobre a prevalência de abuso sexual entre adolescentes de 15-17 anos, de ambos os sexos, em quatro cidades de dois estados brasileiros (São Carlos e São Paulo, SP; Aracaju e Lagarto, SE); e b) entrevistar órgãos diversos da rede de proteção da criança e do

adolescente de forma a fazer uma análise das necessidades desses serviços. “Prevalência de abuso sexual em adolescentes de dois estados brasileiros e necessidades da rede de proteção” é o título do trabalho.

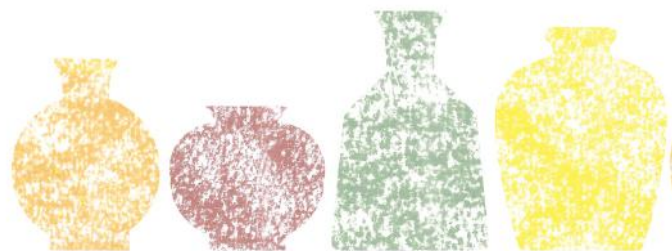
Segundo a cientista, o Laprev é uma referência internacional e está interessado prioritariamente na violência que acontece dentro da família. A Psicologia é uma profissão que permite atuar em diferentes áreas, como, por exemplo, educação, saúde e judiciário, portanto o laboratório, desde a sua fundação, vem atuando em diferentes frentes na prevenção e combate à violência. Importante lembrar que o Laprev foi fundado pela Profa. Dra. Lúcia e começou suas atividades em março de 1998, porém seu espaço físico no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) foi inaugurado em fevereiro de 2000. O Laprev é um núcleo gerador de pesquisas, projetos de extensão e formação de alunos de graduação e pós-graduação. A professora teve a oportunidade de capacitar juízes que chegavam de diferentes lugares do Brasil em busca dessa formação. Representou o projeto “Escola que Protege”, no estado de São Paulo, com ênfase na criança, capacitando milhares de professores. Uma experiência que produziu livros, materiais e

cartilhas que são usados até hoje. Um dos objetivos principais do projeto era orientar as mães para que educassem suas filhas a serem proativas, mais resistentes e menos passivas. Ensinar os meninos que eles não tinham nenhum privilégio só por serem homens.

Olhando para o passado, a Dra. Lúcia relata não ter sofrido nenhum preconceito em sua trajetória acadêmica apenas por ser mulher. Ela acredita que pode ter ajudado o fato de a maioria dos espaços nessa profissão terem sido ocupados por mulheres. Enquanto orientava e formava doutores, se sentia muito feliz quando havia homens buscando essa área de atuação. No início de suas pesquisas a respeito da violência, Lúcia sentiu-se um pouco isolada devido à falta de literatura sobre o tema. A partir da sua atuação como conselheira na Associação Internacional da Prevenção da Violência contra Criança e Adolescente, conheceu pesquisadores brilhantes do mundo inteiro e do Brasil, que atuam no Rio de Janeiro e na Bahia.

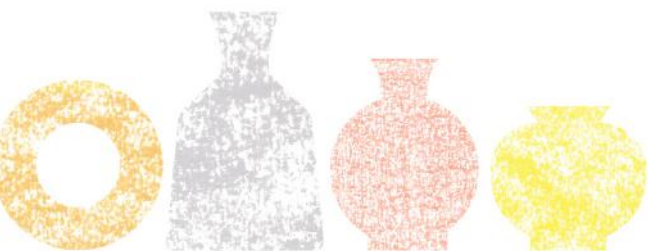
O Laprev recebeu diversos prêmios internacionais, e um dos mais importantes foi o promovido pela Organização Panamericana de Saúde (Opas), sediada em Washington, que liberou uma verba considerável para a produção de pesquisas e materiais no debate sobre equidade de gênero. A Profa. Dra. Lúcia vem recebendo inúmeros prêmios nacionais e internacionais ao longo de sua carreira, bem como muitas homenagens de colegas de trabalho e alunos.

Em 2018 recebeu homenagem pela defesa do Projeto de Lei Menino Bernardo, em Goiás. No ano de 2015 ganhou o 1º lugar do Conselho Regional de Psicologia do Paraná, no XV Encontro Paranaense de Psicologia, pelo trabalho: “Alienação Parental: o que dizem as publicações científicas?”. Foi finalista do Prêmio Jabuti em 2014, na categoria Educação, pelo livro Violência Nota Zero: como aprimorar as relações na escola, uma de suas muitas produções.



Apesar das dificuldades que enfrentou, para ela, formar um doutor no Brasil sempre foi uma delícia! Há um envolvimento emocional muito grande e é possível aprender muito com os alunos, uma tarefa que ela considera prazerosa. Dra. Lúcia relata como é recompensador acompanhar a evolução dos alunos, e que muitos deles tornaram-se seus amigos. Explica que não há perfeição na ciência, que podemos aprender a ser bons cientistas e que o pesquisador não pode se achar o dono da verdade. A Psicologia cresceu muito em número de publicações ao longo do tempo, por isso afirma: “Conhecimento psicológico serve para todo mundo. Qualquer cidadão quer se conhecer e conhecer o comportamento do outro”.

Dra. Lúcia afirma que, sobre os desafios de fazer ciência no Brasil, já foi mais fácil produzir, promover e divulgar ciência. Houve um tempo, principalmente em São Paulo, em que eram concedidas verbas consideráveis pela Fapesp. Acontece que com o atual governo, infelizmente, tudo isso vem “desmoronando”, com a constante retirada de recursos. A partir de ataques a universidades, negacionismo da ciência e desmonte desses recursos financeiros para pesquisas, fica cada vez mais difícil para os pesquisadores até dar continuidade aos trabalhos em andamento.



Ela afirma que quando temos um presidente da República que desconhece a ciência, o método científico, e faz afirmações equivocadas a respeito do combate à pandemia e ao tratamento de covid-19, isso atrai “charlatões” para a ciência, dificultando e limitando o trabalho do cientista sério. O Brasil tem excelentes profissionais na área da saúde e social que poderiam contribuir ainda mais não fosse o desrespeito e descaso do atual governo. Um governo que não investe como deve na educação e na pesquisa causa um retrocesso muito preocupante para o país. Há um desafio multiplicado devido aos problemas de depressão, saúde mental, acúmulo de trabalho do professor, aulas no modo remoto, pais, mães e crianças angustiados por toda essa situação que o Brasil está enfrentando.

Dra. Lúcia mora no Canadá desde 2019, quando se aposentou da Universidade Federal de São Carlos, e percebe a diferença no trato da pandemia entre os países. Torce para que esse momento acabe logo e para que possamos voltar a ter governo que invista na pesquisa, na educação e na produção científica.

Além de ter inúmeras incursões na área de literatura, a cientista organizou

congressos internacionais, participou de diversos programas de TV e entrevistas, abordando temas relacionados à violência como: violência contra a mulher, contra pessoas portadoras de deficiência, abuso sexual infantil, efeitos do bullying na saúde. Também ministrou cursos de aprimoramento e aperfeiçoamento na área de educação, de saúde e jurídica.

É autora e organizadora de dezenas de livros, como *Uma Vida Livre de Violência* (2008), *Educação Positiva dos seus Filhos* (2008), *Mãe, Pai e Casal na Adolescência: e agora?* (2011), *Combatendo e Prevenindo os Abusos e/ou Maus-tratos contra as Crianças e Adolescentes: o papel da escola* (2011), *Violência Nota Zero* (2013), *A Terra dos Bons Pensamentos* (2010), *Pedofilia: identificar e prevenir* (2012), entre muitas outras publicações, teses e artigos acadêmicos.

Dra. Lúcia deixa uma mensagem:

“Ciência não se faz sozinho”. Ela nos alerta que qualquer carreira tem momentos difíceis, mas que, também, não podemos perder o otimismo. Para chegar aonde estamos hoje, muitas mulheres batalharam e abriram caminho. Durante muito tempo nos deparamos com os estereótipos imputados às mulheres pelos homens. Nem sempre é fácil ocupar os espaços de poder, mas não é impossível. Assim como Lúcia, outras brilhantes cientistas estiveram e estão nesses lugares, produzindo e rompendo barreiras. Nas dificuldades é importante pedir ajuda para a pessoa certa, se afiliar, se aconselhar e seguir em frente!

No auge da pandemia de covid-19, mulheres brasileiras cientistas uniram-se para combater o negacionismo à ciência, o descaso das autoridades com relação às pautas urgentes que surgiram no âmbito social, familiar e profissional. Foram produzidas dezenas de notas técnicas a fim de alertar o poder público sobre a condição das brasileiras durante o momento pandêmico que ainda estamos atravessando. Mais de três mil mulheres cientistas assinaram a Carta de Lançamento da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas. Algumas das propostas da rede são: ampliar o debate envolvendo jornalistas e associações profissionais, atuar junto a

gestores públicos, ampliando a capacidade das ações, e compartilhar experiências positivas de respostas à pandemia, sobretudo as periféricas. Não é incrível? Como podemos ver, há muitas mulheres cientistas trabalhando e ajudando a transformar o mundo em um lugar melhor para vivermos!

Não podemos mudar as coisas ruins que nos aconteceram no passado, mas podemos buscar formas de agir com otimismo e perseverança no agora. Coragem de crescer a partir das nossas experiências pode ser uma das atitudes a serem tomadas. O amanhã é uma página em branco que poderá ser desenhada e escrita a partir de nossas escolhas do presente. Começemos hoje a construir nosso futuro e nos mover em direção ao sucesso.

A Profa. Dra. Lúcia se ocupa e se preocupa com a necessidade de o debate sobre violência ser discutido dentro das escolas, visando proteger, cuidar, acolher e promover a prevenção aos diversos tipos de agressividade. Nos alerta sobre a necessidade de a sociedade colaborar no enfrentamento dessas questões. Com competência e inteligência, ela contribuiu e ainda contribui para a produção científica e do conhecimento, intervindo, participando e

abrindo caminhos para novas pesquisas no sentido de garantir cada vez mais um futuro sem violência no Brasil e no mundo. Um sonho possível? Para a cientista, mais do que isso, é uma meta a ser alcançada.

Então, o que te move? Com certeza a Profa. Dra. Lúcia pode ser uma fonte de inspiração.



Link para documentário



o amanhã é uma

página em branco

Cibele Saliba Rizek:

nas cidades, entre pessoas, muros, ruas e casas,
histórias para se contar

Por Monica Fonseca Wexell Severo



Erudição e engajamento crítico. Dizer coisas muito complexas de forma simples e com um sorriso no rosto. Alertar sobre questões graves com uma fala tranquila. Ver aquilo que não aparece na superfície, as causas mais profundas dos temas que está tentando desvendar. Incomodar-se e investigar os problemas que afetam a maioria da nossa gente. Preocupar-se com quem vive nas periferias – em seus vários sentidos. Engajar-se na ação de emancipação das pessoas oprimidas. Essas são algumas das características da cientista Cibele Saliba Rizek, doutora em Sociologia, professora do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (IAU/USP), pesquisadora do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (FFLCH/USP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que tem atuação e reconhecimento também em diversas instituições internacionais.

Essa aguerrida investigadora fez sua graduação em Ciências Sociais, entre 1969 e 1972, na mesma USP em que agora leciona, pesquisa e orienta diversos trabalhos. Na época em que Cibeles cursava a faculdade, o país vivia o período da ditadura. Foram 21 anos em que aqueles que eram opositores do regime tiveram seus mandatos cassados, de violenta repressão aos movimentos sociais e às manifestações políticas contrárias, de censura aos meios de comunicação e aos artistas, de controle dos sindicatos e perseguição das lideranças que resistiam. Foram anos de sequestros, torturas e assassinatos daqueles que levantavam sua voz contra o regime militar. E foram anos de resistência também.

Em 1968, ano em que Cibeles fez o vestibular, no mundo inteiro ocorriam movimentos em que jovens pediam mudanças – eventos que ficaram conhecidos como Maio de 68. O início se deu na França, onde os protestos da juventude, que pediam reformas na educação, cresceram e se espalharam pelo planeta. Eram discursos, assembleias, protestos. A mocidade exigia mudanças na educação, nos costumes, nas questões ligadas a gênero e sexualidade, nas leis. Democratização, defesa das liberdades individuais e coletivas, denúncias contra

guerras e formas de opressão estavam na pauta do dia. No Brasil, em plena ditadura, estudantes, artistas, intelectuais e trabalhadores se uniram na Passeata dos Cem Mil – que aconteceu no Rio de Janeiro. Enfrentavam o regime imposto pela força, a censura, a violência e a repressão. Esse era o clima em que a jovem Cibeles escolheu o que desejava estudar e que faculdade fazer.

Se hoje as Ciências Sociais e Humanas muitas vezes ainda não são tão prestigiadas, em 68 os jovens daquela geração sabiam que estudá-las traduzia um compromisso social de transformar o mundo. Foi isso que a inspirou em sua escolha, pois o vestibular em Ciências Sociais era concorridíssimo. Ela entrou na faculdade com 17 anos!

As duas avós de Cibeles eram pessoas muito fortes, com uma garra enorme para lutar pela vida, e ambas analfabetas. Enfrentaram e sofreram muito com o machismo estrutural do nosso país. Um sofrimento silenciado. A mãe teve uma história diferente, estudou, tinha outra relação com o marido, sofreu menos com o machismo. Todas mulheres firmes, que muito inspiraram nossa cientista. Uma madrinha, que era professora, também estimulou muito a jovem Cibeles, pois a levava para assistir peças teatrais, espetáculos de dança, ir ao cinema e a exposições. Já na faculdade, a professora de Antropologia Carmem Junqueira, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), assim como Heloisa Fernandes Silveira – filha de Florestan Fernandes –, Maria Celia Pinheiro Machado Paoli e Marilena Chaui foram importantes na formação da cientista. A faculdade sempre foi o plano da jovem Cibeles, a dúvida que ela tinha era se faria Música ou Ciências Sociais. Entrou na universidade em 1969 e nunca mais saiu. Somente na Arquitetura e Urbanismo da USP de São Carlos já se vão trinta anos de atividades da cientista!

O gosto pela leitura e o prazer de aprender outros idiomas também se mostraram muito importantes para a história dessa nossa cientista. Ela participou do

movimento estudantil, pois acreditava que este tinha algo a acrescentar ao mundo. Além disso, Cibeles frequentava e gostava muito de cineclubes. Mesmo com telas pequenas e espaços desconfortáveis, eram o caminho para a juventude conhecer obras que não entravam em cartaz no circuito comercial.

Temos uma tradição de cineclubes no Brasil, com registros desde 1928. São espaços de exibição não comercial, lugares de debates sobre os filmes, de formação de novos talentos para a produção cinematográfica. Durante a ditadura militar, os cineclubes também foram alvo de perseguições, e já eram cerca de 300 e havia seis federações regionais de cineclubistas! Na década de 1970, o movimento cineclubista era politicamente engajado, estava próximo das lutas sindicais, do movimento estudantil, junto do movimento de resistência à ditadura militar. Depois, em 2003, com apoio do Ministério da Cultura (MinC), tivemos um fortalecimento do movimento cineclubista: foram criados mais de 1.040 cineclubes em todo o Brasil, dirigidos pela sociedade civil.

A responsabilidade sobre as escolhas e diretrizes de cada um deles recaía sobre os organizadores, que tinham total autonomia. E o MinC oferecia apoio, como equipamentos, treinamentos e acesso a um acervo de filmes nacionais. Esse programa se chamava “Cine Mais Cultura” e agora não existe mais – assim como o MinC, que foi extinto em 2019.

Na academia, Cibeles escolheu fazer Ciência Política. Foi aluna de professores que são referência na área, como Francisco Weffort, Marilena Chaui, Octavio Ianni – um dos mestres fundadores das Ciências Sociais no Brasil, que a ensinou a orientar novos pesquisadores.

Mais tarde fez o doutorado, orientada por Maria Célia Paoli, outro grande nome da área em nosso país. Cibeles sempre faz referência a esses grandes cientistas brasileiros, pois com eles aprendeu muito. E carrega esse legado como uma preciosidade a transmitir às gerações de seus orientandos. Mesmo acumulando muitos anos trabalhados, a pesquisadora não deseja parar, pois acredita que deve transmitir sua experiência para a juventude. Ela valoriza muito o contato com os mais jovens, sejam eles professores ou estudantes de primeiro ano da graduação: são termômetros que a obrigam a pensar sobre o mundo, a realidade em que vivemos,

o aqui e o agora, mantendo-a sempre atualizada.

Para nossa cientista, pensar as cidades – ou os problemas que enfrentamos nas cidades – é sempre pensar o Brasil – ou os problemas que enfrentamos no país. Isso significa que os grandes processos econômicos, sociais e políticos do país podem ser entendidos olhando o que acontece no âmbito local. Investiga-se o que ocorre no micro – a cidade – para que se possa entender o que acontece no país, que representa o macro. Assim, as cidades são grandes sínteses – um resumo que capta a essência – do que se passa no nível maior. Essa sugestão, essa maneira de ver as coisas, foi emprestada de um grande amigo, o professor e mestre Francisco de Oliveira.

A amizade e parceria de trabalho com Chico de Oliveira começou com o Grupo de Estudos do Trabalho, depois Núcleo de Estudos de Direitos e Cidadania. Ele também participou da banca de doutorado de Cibele. A amizade era intelectual e afetiva, conta a pesquisadora. Quando Chico estava doente, Cibele o ajudou na produção de uma importante pesquisa, que reuniu outros tantos cientistas referência na área. Ela ia buscá-lo em casa e levava geleia caseira de presente.

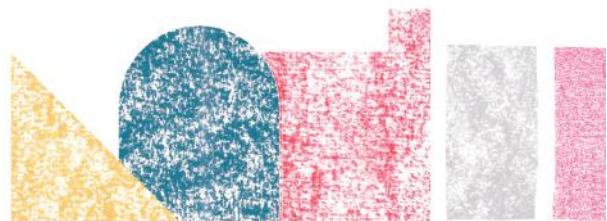




“Existe uma afetividade de gênero, tem um tipo de afetividade que se desenvolveu nessa relação que é marcadamente uma afetividade de quem faz comida pro outro, de quem leva e busca, quem cuida. Ficamos muito amigos.”

O que aconteceu durante a pandemia? A Profa. Cibele explica como o problema nos atingiu num momento extremamente crítico: “Por conta de vivermos um processo de desmonte nas áreas da saúde, da educação, da ciência, foi difícil resolver as dificuldades que surgiram no enfrentamento da covid-19. A pandemia aprofundou os problemas que já estavam ocorrendo no país, confirmou e fez ficar ainda mais clara a severa desigualdade de nossa sociedade – os índices de contaminação, de vacinação, de acesso a tratamentos confirmam as diferenças e as formas de segregação existentes nas grandes cidades. Em São Carlos, isso também pôde ser notado, se considerarmos a realidade vivida nos condomínios fechados – onde reside a elite econômica – e a dos bairros populares e afastados do centro”.

Em um encontro realizado em 2020, a Marcha Virtual pela Ciência, organizada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a cientista explicou mais uma vez como a emergência sanitária causada pela pandemia de covid-19 escancarou a enorme desigualdade que vivemos em nosso país, e as perdas sofridas pelos trabalhadores e os mais pobres. A professora mostrou que o esvaziamento do conhecimento científico está ligado a um enorme processo, relacionado aos cortes de recursos para as áreas da saúde, da educação e da pesquisa científica. Pois aqueles que defendem que a Terra é plana são os mesmos que não querem educação de qualidade para os filhos dos trabalhadores, que não querem que tenhamos uma formação cidadã, que não desejam que tenhamos investimentos em habitação popular, ou em saúde pública adequada, ou na melhora dos serviços urbanos. Por isso, a crise financeira, somada à crise sanitária, foi muito mais cruel com os mais pobres. Nesse encontro, a pensadora ressaltou o quanto é importante perseverarmos na defesa da vida, assim como da moradia e de uma cidade justa.



Para Cibeles, diante da política da morte, a nossa palavra de ordem, que devemos gritar a plenos pulmões, é que nossas vidas, as vidas dos que trabalham para produzir o mundo, importam!

E como é fazer ciência hoje? Fazer ciência no Brasil, na atualidade, é resistir: “Nunca foi fácil, nunca tivemos o financiamento necessário, mas não como agora. Pesquisas não acontecem sem recursos, não podem ser feitas sem dinheiro. Mesmo que o cientista social não necessite de complexos laboratórios e maquinários, precisa ter acesso a bases de dados confiáveis, a livros, necessita realizar pesquisa de campo, registrar – gravar, fotografar, filmar. Posteriormente, na hora de sistematizar as informações obtidas, dar a esses dados iniciais o tratamento necessário para fazer disso uma fonte segura para a construção de conhecimento. Informação é diferente de dado”, nos ensina a cientista. “A informação obtida na pesquisa precisa ser tratada para que depois o investigador possa verificar se sua hipótese inicial está certa ou errada. Como se tudo isso já não fosse bastante complexo, depois disso o investigador precisa dialogar com outros cientistas sociais, historiadores, geógrafos, para que se possa chegar a conclusões cientificamente válidas, verificadas e comprovadas. Pesquisa de campo, pesquisa



documental, intercâmbio. Assim funciona a ciência, um enorme esforço humano para construir saberes que nos ajudem a superar os problemas que enfrentamos. Sem financiamento, sem dinheiro, tudo isso fica difícil, lento ou mesmo impossível. Enquanto isso nossa sociedade amarga os problemas.”

Nossa cientista tem olhar apurado. Ela aponta que mesmo a distribuição de bolsas de pesquisa não acontece da maneira nem na dimensão que precisamos. Poucos pesquisadores concentram grande parte dos recursos, o que deixa muitas áreas descobertas. A lógica da concentração de recursos de pesquisa também afeta de forma mais grave as mulheres.

Quando Cibeles fazia seu mestrado – em Ciências Sociais, na PUC-SP, em 1988 – e, depois, quando fazia seu doutorado, em 1994 – em Sociologia, na USP –, estava grávida. Essa lutadora do conhecimento gestava sua primeira filha durante o mestrado. A menina nasceu um dia após o término da elaboração de sua dissertação. Seu filho caçula nasceu enquanto ela preparava seu doutorado. E como era para Cibeles pesquisar? “Se virando nos trinta”, responde. “Gestando vidas e conhecimento ao mesmo tempo. Amamentando o bebê enquanto nutria pesquisa em porta de fábrica.” Carregando

criança pequena para os espaços de estudo, que eram os sindicatos, Cibele conseguiu dar prosseguimento a sua atividade científica. Mas é claro que a sobrecarga é desproporcional. Mais dificuldade e menos financiamento – essa é a regra, em nosso país, para as cientistas.

Os números do IBGE confirmam o que Cibele viveu: em nosso país, as mulheres destinam 20 horas ao serviço doméstico por semana, o dobro do tempo dedicado pelos homens. Inclusive nossas meninas são mais orientadas para o exercício do trabalho doméstico do que nossos meninos. Segundo o IBGE, 83% das meninas entre 10 e 17 anos realizam habitualmente afazeres domésticos, enquanto entre os meninos de mesma idade esse número é de 47,4%. Elas gastam 14,3 horas semanais em trabalhos domésticos, e eles, 8,2 horas. Isso significa que o tempo para estudos, descanso e lazer é muito diferente para meninos e meninas!

As responsabilidades e as tarefas de cuidado com as crianças também são desproporcionais. Em nossa sociedade, as mães são as responsáveis pela maior parcela das atividades de cuidado dos filhos, quando não são as únicas responsáveis. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

(Ipea), o percentual de domicílios brasileiros comandados por mulheres saltou de 25%, em 1995, para 45%, em 2018. Com dupla, e às vezes tripla jornada, sem financiamento, como fazer pesquisa? Toda essa desigualdade na distribuição das responsabilidades afeta nossas cientistas, que não conseguem dedicar-se às pesquisas, prejudicando a sociedade, que precisa de soluções para os problemas.

Cibele denuncia que há departamentos nas universidades em que a maioria são professoras, mas os postos de liderança são ocupados por homens: “Temos desigualdade de gênero entre os profissionais mais qualificados do país, que são os professores das universidades públicas no Brasil”.

Felizmente, Cibeles é uma das que conseguiram superar esse padrão. Sua atuação principal foi na área de arquitetura, como docente, coordenadora e como pesquisadora. Ela é uma demonstração viva da importância da Sociologia nessa área, basta olharmos alguns dos temas por ela investigados, em pesquisas nacionais e internacionais: espaço público e cidadania; práticas culturais e ações sociais; direitos sociais; trabalho e moradia; periferia dos direitos; comunidades e pobreza urbana; violência nas cidades; sindicatos; transição democrática; greves; programas de habitação e saneamento; teoria da arte, arquitetura e da cidade; os sentidos da cidade na Sociologia brasileira; concepções de modernidade; arquitetura e urbanismo modernos; o trabalho e a vida social na formação das cidades modernas.

A cientista também participou do processo de transformação do Departamento de Arquitetura em Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP (IAU-USP). Antes da USP, lecionou, pesquisou e coordenou cursos na Universidade Presbiteriana Mackenzie, na PUC de São Paulo e na PUC de Campinas, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Moema, na Universidade de Mogi das Cruzes, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na Universidade São Francisco, no Instituto de Análises Sobre o Desenvolvimento Econômico Social. Foi

presidente da Comissão de Pós-Graduação, membro da Câmara de Avaliação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP, orientou mais de cem estudantes de mestrado, mais de cem estudantes de doutorado, organizou dezenas de seminários e encontros, participou de centenas de outros, publicou muitos artigos e livros. A professora também foi entrevistada inúmeras vezes, participou de diversas mesas-redondas, de vários programas de rádio, TV e na web. Assim como outras pesquisadoras bastante produtivas, exceções à regra, Cibeles alerta: a divisão sexual do trabalho doméstico é um obstáculo ao pleno desenvolvimento científico de muitas mulheres.

Cibeles tem contato com instituições internacionais de pesquisa e educação europeias desde os anos 80, com um vínculo muito forte com a França. Como coordenadora brasileira do Laboratório Misto Internacional (Sagemm), em colaboração com a Sorbonne – Paris I e o Institut de Recherche pour le Développement, desenvolveu um laboratório muito frutífero. Dois grupos de pesquisa, muito conectados, são o Sagemm UFSCar e o Sagemm IAU-USP, que estudam a questão de gênero, a interseccionalidade, trabalho, trabalho e cidade, mercados – religioso, político, das economias ilegais, vinculada às políticas públicas. Em parceria com a Universidade de Lyon desenvolveu o projeto “O novo valor dos territórios urbanos: os papéis concorrentes das autoridades locais, avaliadores de terras públicas e setor imobiliário”. Com a mesma universidade já realizou a pesquisa “Novas políticas habitacionais e imobiliárias: comparações franco-brasileiras”.



Numa outra investigação, com financiamento da Fapesp e do Conservatoire National des Arts et Métiers, coordenou a pesquisa “Zona cinzenta: políticas sociais e regulação trabalhista, uma comparação Brasil-França”. Tem ainda muitos outros projetos de pesquisa apresentados, aguardando avaliação e aprovação.

Os temas que instigam nossa cientista demonstram sua identidade com o combate aos graves problemas que enfrentamos. E os trabalhos que ela orienta e acompanha seguem esse mesmo compromisso: pesquisar sobre a vida das pessoas em situação de risco, sobre trabalho informal, a política habitacional e o neoliberalismo, a mobilidade urbana e a vida de quem está na periferia. Esses são alguns dos temas dos estudantes orientados pela aguerrida Cibeles.

Ela ressalta que a desigualdade de gênero existe também na Europa, e que lá as coisas vêm melhorando, fruto da luta das mulheres pela igualdade. Na França, explica, desde os anos 80 são realizadas pesquisas que mostram a evolução da divisão doméstica do trabalho. Os institutos de pesquisa sabem quantas horas as mulheres trabalham nas atividades da casa e quantas horas os homens o fazem. Nós só há pouco tempo começamos a ter esse tipo de informação.

Lá o machismo ainda não foi superado, relata Cibebe, mas as lutas femininas e feministas estão bem enraizadas, reverberam nos institutos de pesquisa e no mundo científico, mais do que aqui. Mas nós também estamos fazendo progressos! A socióloga destaca a importância de ensinarmos às novas gerações, criarmos uma geração de homens que abracem a causa da igualdade e a luta contra a discriminação e a violência de gênero – seja ela física ou simbólica. E as universidades não são diferentes dos demais espaços sociais, pois nelas há violência de gênero, assim como racismo. Lá e aqui as coisas avançaram, melhoraram, mas ainda há muito a se fazer para superar o machismo e o racismo e construir uma efetiva igualdade.

Cibebe ensina que em nossa sociedade tanto o racismo como a discriminação de gênero são muito silenciados, velados, ocorrem de forma disfarçada, como se nada estivesse acontecendo. A questão de gênero algumas vezes explode, outras não. “Vejam o exemplo da Dilma comparado aos crimes de Bolsonaro. Como foi fácil votar o *impeachment* da Dilma! Não há questão de gênero envolvida aí? Duvido que não”, afirma. “O assassinato da Marielle é um show de preconceitos. Dizem: ela é preta, favelada, mulher, homossexual, comunista, por isso merece morrer. Como assim? Qual desses ‘crimes’ condena à morte sem haver nem julgamento?”

Para Cibebe, existe uma espécie de véu escondendo, velando a discriminação: “É feio falar, é feio explicitar o problema, como muitos dizem, mas só conseguimos combater quando vemos de forma clara. É preciso formar uma nova cultura, parar de tentar esconder o sol com a peneira. Precisamos criar meninos e meninas feministas e antirracistas, falar sobre isso com as crianças, nas escolas, nas universidades, para transformar essa realidade e impedir que esses absurdos se repitam”.

Na Escola de Engenharia de São Carlos, a professora sentiu na pele a discriminação. Cibele chegou para dar aulas, após ser aprovada em concurso público, com outras duas professoras. Os professores que lá estavam colocaram as três ingressantes numa sala, que passaram a denominar de “a sala das meninas”. Separadas pelo gênero! Não havia sequer um banheiro feminino, as professoras tiveram que conquistá-lo. Era a década de 1980 e as coisas eram diferentes na cidade, as mulheres não ocupavam os espaços que frequentam hoje. Para termos uma ideia, um famoso bar da cidade, onde se tomava café fresquinho do bule, era o lugar do masculino, mulheres não estavam nesse espaço.



“Mas as professoras universitárias furaram esse cerco e passaram a ocupar o local! Também uma mulher sentar sozinha num restaurante era constrangedor. E elas o faziam. Fruto da ação das corajosas mulheres que nos antecederam, as coisas mudaram, hoje podemos nos sentar sozinhas numa cafeteria, num restaurante... ou sermos professoras do Departamento de Engenharia, pois esses não são mais espaços masculinos!”

A professora sempre participou de encontros e eventos para falar sobre a discriminação de gênero em nossa

sociedade e na universidade, enfrentando os preconceitos e o machismo histórico, agindo para transformar o coração e a mente dos participantes, ajudando a construir um país menos desigual.

Há uma herança da ciência para a nossa sociedade? “A ciência brasileira tem uma vitalidade e uma importância, apesar de tudo. A covid-19 que o diga. A vacina, o Butantan, a Fapesp, a USP, a Unifesp, faculdade de Medicina da USP, todos eles tiveram uma importância enorme, isso só pra pensar numa dimensão mais imediata. Mas não só nesse aspecto. A ciência brasileira é importante, pujante, fornece matrizes de leitura da sociedade brasileira, das cidades, das questões de gênero, das questões raciais, sem as quais a gente mal saberia interpretar esse país. É absolutamente indispensável. E é essencial que a gente entenda que a universidade não é uma torre de marfim, isso não é verdade. Esse é um raciocínio antiacadêmico e antiuniversidade. Somos parte dessa sociedade, dialogamos com ela o tempo todo. Então os processos sociais invadem a universidade e aquilo que a gente produz também... conquistas técnicas, conquistas científicas, novas descobertas. A defesa da universidade pública e gratuita, inclusiva e de qualidade é um dos nortes

da minha vida. E será pra sempre. Isso é absolutamente inegociável. A universidade é parte constitutiva e indispensável da realidade brasileira e da leitura e compreensão da realidade brasileira. Que as jovens possam acreditar nelas mesmas, que elas possam acreditar que podem e que vale a pena.”

Vamos ver mais exemplos desse engajamento da nossa ciência, ou desse legado? Em 2018, numa entrevista para a Radio France Internationale, que é um serviço de rede pública de televisão na França, a cientista falou sobre o trabalho que ela ia apresentar, cujos resultados demonstravam como a facção criminal denominada Primeiro Comando da Capital (PCC) se originou e age. A apresentação no encontro tinha o título “Sociabilidade e violência no estado de São Paulo”. Os pesquisadores descobriram que a organização criminosa surgiu depois do massacre do Carandiru, que aconteceu em 1992. Ou seja, é resultado da organização dos criminosos após uma ação violenta da polícia na Casa de Detenção, que tinha capacidade para 3.250 pessoas mas abrigava mais de 7 mil detentos, divididos em nove pavilhões. A tropa entrou no Carandiru utilizando armamento pesado e munição letal, ao invés de balas de borracha – que era o protocolo para a situação. Com a luz

da detenção cortada, os policiais atiravam no escuro. Nesse massacre, 111 homens desarmados foram executados nas celas da penitenciária, num verdadeiro banho de sangue.

A organização criminosa nasceu, portanto, como resposta a uma ação da força policial paulista, que é uma instituição pública. Em outras palavras, foi a violência de Estado que agiu como força motriz para o incremento da associação dos criminosos. Outra hipótese de nossos pesquisadores é a de que a política de encarceramento em massa fortalece o PCC; que existem vasos de comunicação entre os presídios e os bairros populares; que há um vínculo com alguns artistas, cujas músicas fazem referência a seus membros.

A questão racial também apareceu, pois em nosso país os negros representam a maioria dos presos. Além de tudo isso, a pesquisa apontou que, com esse modelo de organização da criminalidade, os homicídios na capital paulista diminuíram. Essa pesquisa está diretamente ligada ao problema da segurança pública, tema que afeta toda a sociedade. E como poderíamos superar algo que não somos capazes de entender?

Cibele tem muitas pesquisas sobre a vida das pessoas na periferia das grandes cidades, está interessada em entender as distintas formas de exclusão e também os modos de organização e luta que vão acontecendo, pois sempre há resistência e luta. Em uma delas, ela nos ensina como as mudanças no mundo do trabalho têm afetado e modificado as relações entre as gerações, pois o vínculo com o emprego influencia as relações humanas e as formas de inserção urbana:

“Para a população desses conjuntos habitacionais construídos por mutirões autogestionários e resultantes da participação de seus moradores em movimentos de moradia dos anos 80 e início dos 90, o emprego assalariado era ainda um horizonte plausível. Essa plausibilidade se desfez e os trabalhadores que têm aos olhos dos demais um ‘bom emprego’, um emprego assalariado com carteira e ‘benefícios’ são, rigorosamente, exceções. Para a geração dos filhos desses militantes ou ex-militantes dos movimentos de moradia, o universo e as expectativas já passam ao largo dos vínculos formais de assalariamento ou de contrato formal de trabalho. A sobrevivência é então uma questão que se resolve de múltiplas maneiras, sobretudo pela falência quase completa dos programas de geração de emprego e renda que acompanharam a construção de alguns desses conjuntos”.

Nessa mesma pesquisa, Cibeles ensina que “as Ciências Sociais precisam de referências que possam dar conta da descrição e da explicação dessas formas de sociabilidade que possam ir além da presença, da normalidade e da centralidade do trabalho assalariado e do emprego formal, ou de sua falta”, pois, sem isso, não vamos entender “de que modo se articulam as redes, práticas, negociações e representações dessas populações”.

E, se não conseguimos entender uma realidade, como poderemos atuar sobre ela para resolver os problemas e melhorar a vida das pessoas?

Numa outra pesquisa, Cibeles coordena investigadores que se dedicam a entender as novas práticas e ações culturais desenvolvidas na periferia de São Paulo. Os pesquisadores descobriram que as intervenções artísticas se misturam a outras ações de caráter assistencial, preparando as pessoas para terem voz ativa e conseguirem se fazer ouvir. São, por isso mesmo, maneiras de inserir essa gente no debate político. Aparecem, então, “novas formas de gestão de uma pobreza ‘culturalizada’ pelo acoplamento entre práticas culturais e artísticas e trabalho social”, numa mescla que “embaralha trabalho e moradia, precariedade e cultura,





combate à pobreza com a recepção e elaboração de intervenções estéticas”. Nossa cientista nos provoca:

“O que está acontecendo em nossas cidades hoje precisa ser pensado, precisa ser nomeado. O que é isso? Estado de exceção? Fascismo? Normalização do Estado de exceção? O que é essa eclosão da dimensão miliciana na cidade, com ou sem milícia? O que é isso? O que é o crime? O que são as igrejas evangélicas? O que é essa guinada dessa direita vestida de movimento social que saiu do armário? Esse caráter de radar, de prospecção, de lançar sondas, isso é fundamental. Claro que isso deve estar ancorado numa concepção de história, numa concepção historiográfica. E é preciso perguntar também: o que significa fazer história ou historiografia? Pois a história e seus procedimentos não são campos de unanimidade. Esse radar prospectivo, pra frente e para trás, é uma das grandes tarefas críticas dos estudos de urbanismo”.

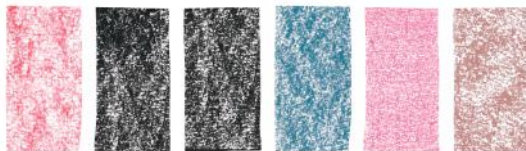
E em 2022, na semana de recepção aos calouros do IAU-USP, em debate organizado pelo CAASO (Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira, fundado em 1953), a cientista ensinou-nos mais umas tantas importantes lições e fez alguns alertas. Chegava em São Carlos e ficou chocada ao ver um grande cartaz de uma indústria de armas que na cidade se instalara. Para

ela, “produzir armas é produzir a morte. A essa direita só interessam commodities, reprimir a economia brasileira, destruir a indústria nacional – coisa que está em processo avançado de consecução –, genocídio das populações indígenas, genocídio das populações negras, dos jovens negros e periféricos, armamento da população. A essa direita só interessa a barbárie. Uma barbárie financeirizada. Só isso. E é contra essa direita que a vida acadêmica, que a comunidade acadêmica se coloca. Não é mais somente uma questão de direita ou esquerda, é uma questão de vida ou morte”.

Cibele se interessa por assuntos distintos, que têm em comum o fato de dizerem respeito à vida de todos. Temas múltiplos, perguntas sobre questões diferentes, mas fundamentais para entendermos o país em que estamos inseridos. Olhando a partir da cidade em que vivemos para compreender o Brasil. Foco nos problemas que estão sendo escamoteados, colocados para debaixo do tapete, aqueles que parecem invisíveis.

Por isso tudo, pesquisar, ouvir e conhecer as ideias e os trabalhos desta grande cientista foram um grande aprendizado. Eu cresci, aprendi, me orgulhei de ser mulher,

de ser brasileira. Fico pensando em quantas brasileiras, aguerridas e generosas como Cibele, não estão esperando para que façamos o mesmo. E restou a dúvida: por que estudamos tão pouco a história das mulheres em nossas escolas? Por que não ouvimos nossas cientistas, se elas estão investigando os problemas que nos afetam tanto?



Que os ensinamentos e a energia da cientista nos inspirem. Que possamos ver com clareza para organizarmos nossa ação, transformando o futuro em lugar diferente do presente. Que valorizemos as Ciências Sociais, sem as quais não poderemos realizar nada disso. Que não nos esqueçamos dos ensinamentos daqueles que nos antecederam, e que eles nos estimulem. Que nos unamos à juventude, como ela faz. Que não nos calemos diante da discriminação e segregação que impedem o florescer de nossos talentos. Que muitas meninas e meninos se juntem a esse enorme processo de transformação, sendo considerados e valorizados em seu potencial humano, sem discriminação de gênero ou de raça.

Link para documentário



...que vença

a vida!

Sobre este livro

Transportar uma ideia para o plano real exige um esforço que vai além da organização e argumentação, depende de pessoas que acreditam na mesma ideia.

Este livro nasceu em 2018 e começou a ganhar forma em 2019, descobrir as mulheres cientistas de São Carlos era uma tarefa de investigação profunda: na cidade e nos espaços públicos, quase nada dessas personagens. E se começássemos pelas cientistas que estavam aposentadas mas que ainda atuavam em pesquisas? Esta foi a metodologia inicial deste projeto, utilizando bases nacionais e internacionais de referência como a Capes, o CNPq, a Fapesp. Bem, a partir de então a ideia ganhou forma, mais do que isso, tinha cores, sotaques, conceitos, sorrisos. Logo percebi que este livro seria o começo de uma história fascinante de vidas, aventuras e descobertas.

Tentamos algumas formas de financiamento para a pesquisa, conseguimos um ProAC ICMS (programa de incentivo

à cultura do Governo do Estado de São Paulo), em 2020. Quanta felicidade!!! Primeiro ProAC aprovado!!! E logo depois o projeto foi aprovado também no Pronac, Programa Nacional de Apoio à Cultura!!! Mas a pandemia começou neste mesmo ano, e o que nos pareceu que poderia ser alguns meses, passou pelo ano todo e entrou em outros anos. O ProAC foi suspenso no estado de São Paulo e o Pronac, sem recursos suficiente não pôde ser executado. Mesmo assim, o projeto começou e as entrevistas com as cientistas aconteceram, claro que adaptadas para uma nova realidade: ambientes virtuais. Em passos mais lentos o projeto continuava, e as cientistas sempre solícitas às nossas perguntas.

Em 2021, o projeto foi aprovado pelo ProAC Direto no Governo do Estado de São Paulo: o financiamento estava garantido. Que júbilo!!! A temática do projeto sempre foi forte e de arrebatador corações! E foi com esta conquista que chegamos até a Fundação Pró-Memória de São Carlos, importante parceria para a edição deste livro! Mas ainda em 2021 tivemos mais uma premiação! O projeto foi selecionado e apresentado no 12º Seminário Internacional Fazendo Gênero e se tornou assim parte e referência dos estudos sobre Gênero e Discursos Científicos.

Começamos 2022 em tom acelerado de produção. Outras pessoas talentosas se juntaram ao projeto para colaborar na produção e finalização deste livro e do vídeodocumentário. Tecendo e cosendo em muitas mãos uma obra que se destina à preservação da história e memória de mulheres incríveis e que vai além: se dedica a fomentar entre as jovens a possibilidade de sonhar e estar em qualquer espaço profissional!

Gratidão a todos que participaram deste projeto!

Mirlene Fátima Simões

Agradecimentos

Sistema ProAC – Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo

Servidores Técnicos Administrativos da USP e da UFSCar

Amigos e familiares das cientistas homenageadas neste livro

Fundação Pró-Memória de São Carlos-SP

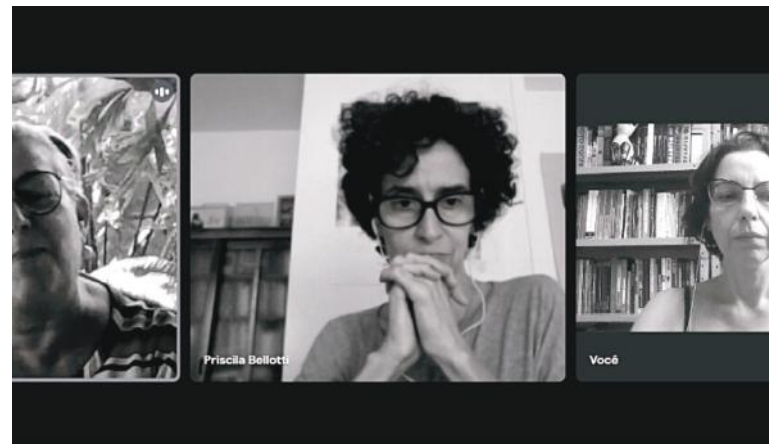
Professores da USP e da UFSCar amigos das cientistas homenageadas

Toda rede de colaboração do Instituto Angelim

CICBEU Idiomas São Carlos na pessoa de Yuri Marmorato

Leandro Wexell Severo no apoio e dedicação em contatar pessoas

Leticia Severini no apoio geral ao projeto



ISBN: 978-65-89494-02-7



PD

Patrocínio



Realização

